O gado bovino no Brasil

Sergio Schlesinger[1]

Introdução

A criação de gado bovino no Brasil é, de longe, a atividade econômica que ocupa a maior extensão de terras. Segundo o censo agropecuário de 2006, do IBGE (2007), as áreas de pastagens ocupam no país aproximadamente 172 milhões de hectares, enquanto as destinadas à lavoura totalizam menos de 77 milhões de hectares.

O Brasil possui o segundo maior rebanho bovino do mundo, suplantado apenas pela Índia. Dado que a Índia não se utiliza de seu gado bovino para fins comerciais, tendo em vista questões religiosas, o rebanho bovino brasileiro é considerado o maior rebanho comercial do mundo. Entre 1990 e 2007, a produção de carne bovina mais que dobrou, passando de 4,1 para mais de 9 milhões de toneladas, com ritmo de crescimento bem superior ao de sua população e de seu consumo. Esta combinação de fatores permitiu que o Brasil se tornasse o maior exportador mundial, ultrapassando a Austrália, a partir de 2004.

Na produção de leite, o país ocupa hoje a sétima posição no *ranking* mundial, com um volume aproximado de 27 bilhões de litros/ano. O Brasil vem se consolidando também como um dos grandes exportadores mundiais de produtos lácteos, ao lado de Nova Zelândia, Austrália e países da União Européia.

Mais da metade do mercado mundial de carne bovina, que movimenta 7 milhões de toneladas por ano entre exportações e importações, está hoje nas mãos de empresas brasileiras. O que explica o fato é o movimento de internacionalização do setor, iniciado em 2005, que ganhou força em 2007 e 2008, quando frigoríficos como JBS-Friboi, Bertin e Marfrig fizeram grandes aquisições no exterior. O Brasil já respondia, em 2007, por 33% das exportações mundiais de carne bovina, seguido de longe pela Austrália, que tinha 19% das vendas externas.

O gado bovino tem também importante presença histórica em nosso país, até mesmo em sua própria formação territorial. Durante séculos, a criação de gado bovino no Brasil foi tratada como atividade secundária. A tração animal, a produção de carnes, couros e outros produtos destinava-se a apoiar as atividades centrais, historicamente vinculadas à produção de *commodities* de exportação, desde o início da cultura da cana-de-açúcar na região Nordeste.

Hoje, as regiões Norte e Centro-Oeste, onde se situam a Floresta Amazônica e o Cerrado, são as que apresentam as maiores taxas de expansão do rebanho bovino no Brasil. O atual ciclo de expansão do gado bovino é considerado o principal fator de destruição da Floresta Amazônica. Estudos recentes

---

[1] Economista, consultor da Fase e de Food and Water Watch

apontam também forte efeito da produção pecuária, especialmente criação de gado, sobre o efeito estufa.

Embora a carne bovina seja consumida em quantidade expressiva no mercado interno, as análises produzidas pelo governo sobre este segmento se limitam, em geral, a focalizar os problemas a serem enfrentados em direção ao aumento contínuo das exportações. Sobre a questão sanitária, por exemplo, o mais recente estudo sobre a cadeia produtiva do gado bovino promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento enfoca a questão da seguinte forma:

"As questões sanitárias, particularmente aquelas ligadas à febre aftosa, condicionam o desenvolvimento da pecuária no Brasil. Ela compromete a exportação de carne in natura e ainda não foi plenamente erradicada. Em período recente, ainda ocorreram focos em várias regiões do País. Além disso, as recentes suspeitas de focos no Paraná são acontecimentos que por si só influenciam negativamente a imagem do País no mercado internacional. A certificação de propriedades e o registro de animais, exigência cada vez mais acentuada pelos países importadores, também são fatores condicionantes ao desenvolvimento do setor." (MAPA, 2007)

Com os olhos voltados para o mercado exportador, o mundo oficial produz e divulga números de informações gerais de qualidade incompatível com a dimensão deste setor no Brasil. A área total ocupada e o total do rebanho, por exemplo, são dados que variam tremendamente, para um mesmo período, a depender da fonte oficial que os produz e da metodologia empregada.

O mesmo se dá no que diz respeito à dimensão das áreas degradadas em função da atividade, da geração de empregos, da qualidade da carne vendida no mercado interno. Se a questão social é ignorada, a ambiental geralmente se limita à preocupação com a imagem do Brasil, de modo a não prejudicar suas exportações, em particular no que diz respeito à destruição da Amazônia.

Buscamos, com este texto, começar a desvendar e organizar as informações gerais sobre o gado bovino brasileiro e seu significado na economia, na sociedade e no meio ambiente. Começamos com uma breve observação sobre sua história.

2. Breve histórico

O gado bovino está presente no Brasil desde os primeiros anos que se seguiram após a chegada dos portugueses. Os historiadores apontam a pecuária bovina como a principal atividade econômica que iria, ao longo do tempo, desenhar os principais contornos de sua atual extensão territorial.

> *"Já sem contar o papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária o que realizou na conquista de território para o Brasil a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos de nossa história. Excluída a estreita faixa que beira o mar e que pertence à agricultura, a área imensa que constitui hoje o país se divide, quanto*

aos fatores que determinaram sua ocupação, entre a colheita florestal, no Extremo-Norte, a mineração no Centro-Sul, a pecuária, no resto. (Caio Prado Jr, 1942)

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção das cidades no interior do país, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalar, pelos transportes organizados pelas grandes tropas muares, que se estabeleceram elos indestrutíveis na unidade econômica brasileira.

A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população; é uma indústria extensiva por excelência. Desaparecido o interesse da caça ao bugre, e extinta praticamente a mineração, foi a pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido, talvez, condenadas ao abandono. Foi ela igualmente que amparou as populações do Sul entre o fim da mineração e o advento do café.

Alargadas as fronteiras econômicas, ocupadas as vastas regiões dos sertões brasileiros, as economias e os capitais nacionais estavam representados, em fins do período colonial, nos engenhos, na escravaria e na pecuária. Foi a acumulação destes dois elementos, pela mineração, que facilitou a rápida expansão da cultura cafeeira, cultura esta que, pela sua natureza especial, exigiria fartos braços e amplos meios de transportes. Não se houvessem acumulado no centro-sul brasileiro essas massas da gente e de gado e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades, à expansão da cultura cafeeira e ao reerguimento econômico do país..." (Simonsen, 1937)

A região Nordeste

Esta presença passa a ter importância ainda nos primórdios da colonização, a partir do desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar, a primeira monocultura de exportação em larga escala instalada em território brasileiro, marco de sua ocupação por Portugal. As primeiras áreas ocupadas pela cana em grandes proporções correspondem ao litoral dos atuais estados de Pernambuco e Bahia.

O desenvolvimento inicial do rebanho bovino no Brasil não está voltado, diretamente, ao abastecimento do mercado externo, mas sim para subsidiar a atividade exportadora de açúcar. O boi não é utilizado apenas para alimentar o crescente contingente populacional estimulado pela nova atividade, mas também para as funções de movimentação dos moinhos de cana e transporte da produção. Seu couro era utilizado também na fabricação de calçados, roupas e outros utensílios.

O gado, no entanto, não podia ser criado em áreas muito próximas às do plantio da cana. Na inexistência, até então, do arame, seriam estabelecidas regras de ocupação dos solos que evitassem maiores problemas. Segundo Roberto Simonsen, as terras mais férteis e mais favorecidas pelo clima, aquelas do litoral, seriam reservadas à cultura da cana-de-açúcar. Uma Carta

Régia de 1701 proibia mesmo a criação a menos de 10 léguas da costa (Simonsen, 1937).

Com isto, e em razão de situar-se em plano secundário, relativamente à produção da cana-de-açúcar, a pecuária de corte se estabelece no Brasil, em escala considerável, no interior da região Nordeste do país. Como assinala Caio Prado Jr., o sertão nordestino, justamente, apresentava "os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades (...) Alia-se aí uma baixa pluviosidade à grande irregularidade das precipitações. (...) São frequentes as secas prolongadas, de anos seguidos de falta completa de chuvas. Com a exceção de uns raríssimos rios, todos os cursos d'água desta vasta região que abrange mais 1.000.000 km2, são intermitentes, e neles se alterna a ausência prolongada e total de água, com cursos torrenciais, de pequena duração, mas arrasadores na sua violência momentânea. A vegetação compõe-se de uma pobre cobertura de plantas hidrófilas em que predominam as cactácias. Unicamente nos raros períodos de chuvas nelas se desenvolve uma vegetação mais aproveitável que logo depois das precipitações é crestada pela ardência do sol."

É nesta região ingrata que se desenvolve a pecuária que abastecerá os núcleos povoados do litoral norte, do Maranhão até a Bahia. Pode-se avaliar como seria baixo seu nível econômico e índice de produtividade. Basta dizer que neste milhão de quilômetros quadrados, praticamente todo ocupado, o número de cabeças de gado não alcançará talvez nunca 2 milhões, umas duas cabeças em média por quilômetro. Quanto à qualidade, ela também é ínfima: as reses, em média, não fornecerão mais de 120 kg de carne por animal; e carne de pouco valor." (Caio Prado jr)

Estas mesmas condições desvantajosas ajudam a explicar a grande dispersão territorial que caracterizou o desenvolvimento da atividade pecuária nesta região, a partir, sobretudo, da Bahia e de Pernambuco, mas também do Maranhão, seguindo, em todos os casos, o curso dos raros rios permanentes, como o São Francisco e o Itapicuru. Caio Prado jr. Aponta ainda outras razões para o rápido crescimento territorial da pecuária bovina:

"A rapidez com que se alastraram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. Mas também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha — são as folhas de uma espécie de palmeira, a carnaubeira, muito abundante, que se empregam —, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas[2] (área média das fazendas) e formado um estabelecimento." [3]

Ao contrário das demais atividades pecuárias no Brasil, onde se destacam frangos e suínos criados sob sofisticado padrão tecnológico, a pecuária bovina parece não ter modificado suas principais feições, ao longo dos séculos. As descrições sobre os tempos de Brasil colônia correspondem, em grande

[2] Três léguas equivalem a cerca de 13 mil hectares.

[3] Roteiro do Maranhão, 88, in Jr. C., 1942.

medida, ao que podemos ver com nossos olhos, no século 21. Predominava a produção extensiva, sem estabulação ou outros requisitos que situavam-se muito acima das possibilidades dos colonos de então.

"Nem o mais simples preparo ou melhoria dos pastos, salvo o grosseiro sistema de *queimada*, entrava na suas cogitações. (...) O gado é mais ou menos deixado à lei da Natureza, são-lhe dispensadas muito poucas atenções, e o maior cuidado consiste em evitar o seu extravio e reuni-lo pra ser utilizado." A contratação dos trabalhadores também não se constituía em problema.

O vaqueiro

Para o trabalho em campo aberto, ocupando grandes porções de território com escasso povoamento, não era possível a utilização do trabalho escravo, ao contrário do que ocorria com as atividades relacionadas à cana-de-açúcar. "Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em ruga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo."

"Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregoriamente, abrir cacimbas e bebedouros. (Simonsen, 1937)

A forma adotada para remunerar o trabalho dos vaqueiros contribuiu ainda mais para multiplicar o número de fazendas. Após quatro ou cinco anos de trabalho, estes eram pagos com um quarto das crias que nasciam, passando a ter condições para desenvolver seu próprio estabelecimento. Em geral, arrendavam as terras necessárias de seus senhores, que por sua vez as haviam recebido do governo colonial (as chamadas sesmarias).

> *"A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anônimo do admirável Roteiro do Maranhão a Goiás, tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles."* (Simonsen, 1937)

Mas, como observa Caio Prado Jr., "este tipo longe está de ser o único, ou mesmo o predominante. O que prevalece é o grande proprietário absenteísta, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contacto único com suas propriedades consiste em receber-lhe os rendimentos."

Minas Gerais

O segundo pólo de desenvolvimento do gado bovino é a capitania de Minas Gerais. Ao norte, era um prolongamento da expansão da pecuária da Bahia, ocupando áreas com vegetação e clima semelhantes ao do Nordeste. Ao sul, em torno da bacia do Rio Grande, o gado iria se estabelecer finalmente em uma região rica em águas, de rios e de chuvas, acompanhando o crescimento da atividade mineradora. Minas Gerais e seu gado passam, a partir daí, a abastecer também as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro.

Melhores condições de solos e clima irão favorecer também a adoção de melhores técnicas de criação de gado. O leite, ao contrário do que se dava na região Nordeste, onde apenas alimentava a população local, passa a ser então beneficiado, dando origem às primeiras indústrias de laticínios. A introdução do uso de cercas em propriedades e pastos é outra inovação importante, reduzindo a necessidade de vigilância sobre o gado, e introduzindo a domesticação dos animais. Embora não se dispense a prática de queimadas, adota-se a rotação das áreas de pasto. É introduzida a ração do farelo de milho como complemento alimentar.

Ao contrário da região Nordeste, a mão-de-obra em Minas Gerais é constituída de escravos, refletindo a melhor qualidade da produção, que permite um uso mais intensivo do capital. O fazendeiro e sua família residem na propriedade e participam ativamente das atividades produtivas.

Os campos do Sul

Embora reunindo as melhores condições climáticas, topográficas e hidrográficas do país para tal, na região Sul do Brasil, e em seus chamados Campos Gerais, a criação de gado, de maneira organizada e sistemática, teve início muito depois daquelas desenvolvidas no Norte e no Sudeste do Brasil.

Durante muito tempo após a chegada dos colonizadores, a região Sul do Brasil foi um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses, de armas na mão, e não teve outra forma de ocupação que a militar. Até o final do século 17, as fronteiras meridionais do Brasil se conservam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas. Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse. Por isso, ninguém se preocupou em fixar aí o local onde se tocavam as possessões espanholas e portuguesas.

Durante a dominação castelhana em Portugal (1580-1640), a questão não tinha naturalmente especial interesse, pois tudo pertencia ao mesmo soberano. Mas depois da restauração, o rei de Portugal, preocupado com sua colônia americana (a última possessão ultramarina de valor que lhe restava), "tratou seriamente de fixar-lhe as fronteiras, sobretudo neste setor meridional onde os estabelecimentos portugueses e espanhóis mais se aproximavam uns dos outros, e onde portanto os choques eram mais de temer." (Caio Prado Jr., 1945)

Caberá aos portugueses a iniciativa de estender a soberania de sua metrópole sobre este território. Em 1680, uma expedição partida do Rio de Janeiro vai plantar a bandeira portuguesa e com ela uma forte guarnição militar, na margem setentrional do Rio da Prata, bem defronte de Buenos-Aires. Data de então a fundação da famosa Colônia do Sacramento, hoje cidade uruguaia de

Colônia, que durante século e meio seria a causa de vivas disputas entre portugueses e espanhóis, primeiro, brasileiros e argentinos, depois.

Nestes pontos foi tentado um sistema de colonização original para o Brasil e que oferece particularidades que o distinguem nitidamente no conjunto da nossa colonização. Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, foi-se obrigado, para conseguir povoadores em territórios contestados pela Espanha, a recorrer às camadas pobres ou médias da população portuguesa, e conceder grandes vantagens aos colonos que aceitavam estabelecer-se lá.

"O custo do transpor-te será fornecido pelo Estado, a instalação dos colonos é cercada de toda sorte de providências destinadas a facilitar e garantir a subsistência dos povoadores: as terras a serem ocupadas são previamente demarcadas em pequenas parcelas — uma vez que não se destinavam às grandes lavouras tropicais — fornecem-se gratuitamente ou a longo prazo auxílios vários (instrumentos agrários, sementes, animais de trabalho etc.). (Caio Prado Jr., 1945)

O recrutamento dos colonos se fez sobretudo nas ilhas dos Açores que sempre constituíram um viveiro demográfico a braços com excessos de populações que o exíguo território do arquipélago não comportava. Foram escolhidos de preferência camponeses que emigravam em grupos familiares, o que também é quase único na colonização do Brasil. Por todos estes motivos, constitui-se nos pontos assinalados um tipo de organização singular entre nós.

A propriedade fundiária é muito subdividida, o trabalho escravo é raro, quase inexistente, a população é etnicamente homogênea. Nenhum predomínio de grupos ou castas, nenhuma hierarquia marcada de classes sociais. Trata-se em suma de comunidades cujo paralelo encontramos apenas, na América, em suas regiões temperadas, e foge inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados. Uma ilha muito pequena, aliás, e sem importância apreciável no conjunto da colônia. Mesmo computando apenas este setor meridional de que nos ocupamos, seu papel é reduzido; o que contará nele são as grandes fazendas de gado do interior, as estâncias. A organização econômica definitiva e estável do Rio Grande do Sul foi protelada pelas guerras incessantes que vão até 1777. Mas apesar delas, e graças às excelentes condições naturais, o gado vacum se foi multiplicando rapidamente. É ele aliás, em grande parte, que tornou possíveis estas lutas prolongadas, pois alimentou com sua carne os exércitos em luta. Segue-se a 1777, quando se assina a paz entre os contendores, um longo período de tréguas que iria até as novas hostilidades dos primeiros anos do séc. XIX.

Estabelecem-se então as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a principio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes a 108 km2, para cada concessionário), formam-se propriedades monstruosas. Um contemporâneo escreverá: "Um homem que tinha a proteção do governo, tirava uma sesmaria

em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome do filho e filha que estavam no berço; e deste modo há casa de quatro e mais sesmarias.

Repetia-se a mesma coisa que no século anterior se praticara com tanto dano no sertão do Nordeste, e enquistava-se nas mãos de uns poucos privilegiados toda a riqueza fundiária da capitania. Mas embora eivada no seu nascedouro de todos estes abusos, a pecuária se firma e organiza solidamente, prosperando com rapidez."

O principal negócio foi, a princípio, a produção de couros, exportados em grande quantidade. "A carne era desprezada, pois não havia quem a consumisse". Somente no final do século 18, a criação da indústria do charque, em paralelo à decadência da pecuária nordestina, iria conferir importância à região Sul, como produtora e fornecedora de carnes às demais regiões do país. No século 19, a carne charqueada do Sul do Brasil alcançaria também o mercado externo. Exportava-se essas mercadorias para todo o resto do país e também para Portugal, África e os domínios portugueses nas Índias.

"Um dos maiores pecuaristas da região, José Antônio dos Anjos, abatia 50.000 cabeças de gado por ano. Em 1808, o Porto do Rio Grande, com 500 casas e 2.000 habitantes, recebia 150 navios por ano, o triplo da vizinha Montevidéu. (...) O Rio Grande do Sul produzia trigo e gado, usado na fabricação de charque, mantas de couro, sebo e chifre." (Gomes, 2007)

É nesta região Sul que surgem pela primeira vez as grandes propriedades, muitas vezes com 15 a 20 mil cabeças. Quanto ao pessoal ocupado, repete-se o quadro de poucos postos de trabalho das demais regiões do país. "O pessoal compõe-se do *capataz* e dos *peões*, muito raramente escravos; em regra índios ou mestiços assalariados que constituem o fundo da população da campanha (a guerra)". Os estudiosos da época atribuem "o número de seis pessoas para o serviço de cada lote de 4.000 a 5.000 cabeças.[4] Segundo Caio Prado Jr., "a pecuária rio-grandense nada tem de particularmente cuidadosa, é a Natureza propícia que realiza o melhor, e o Homem confia mais nela que em seus esforços. E por isso a sua produção não é brilhante. (...)

Ainda segundo Caio Prado Jr, estas são as três regiões de destaque no que diz respeito à criação de gado bovino no período colonial. Na região Norte, a ilha de Marajó iria suprir a população da foz do Amazonas, a maior da região, quando ainda não se cogitava a hipótese de derrubada da Floresta Amazônica para dar lugar ao gado. No alto Amazonas, formou-se outro pequeno centro criatório, aproveitando-se para isto os campos do Rio Branco.

"Lembremos ainda, para não deixá-los em silêncio, os campos do noroeste maranhense, os "perizes", onde há um gado muito ralo. Bem como alguns setores de Goiás, que exportam mesmo algumas boiadas anuais para a Bahia. Quanto ao Mato Grosso, cria-se algum gado nas regiões do Norte, cerca dos estabelecimentos mineradores; coisa de pouca monta, que serve apenas para o consumo local. A grande fase de prosperidade da pecuária mato-grossense, que se desenrola nos campos infindáveis do Sul, ainda não se iniciara e pertence inteiramente ao século 19." (Caio Prado Jr., 1942)

[4] Saint-Hilaire cita a fazenda do Marechal Chagas, onde esteve hospedado, que, com 6.000 cabeças de gado, tinha um capataz e 10 peões. (in Caio, 1942).

O Século 19 e a chegada da Corte

Laurentino Gomes (2007) observa que o mapa do Brasil no início do século 19 já era muito semelhante ao atual, com exceção do estado do Acre, que seria comprado à Bolívia em 1903. Mas assinala que, afora isto, o Brasil não existia tal como é hoje.

"Ás vésperas da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, o Brasil era uma amontoado de regiões mais ou menos autônomas, sem comércio ou qualquer outra forma de relacionamento, que tinham como pontos de referência apenas o idioma português e a Coroa portuguesa."

A chegada da Corte, em 1808, iria acelerar tremendamente o crescimento da população, cujo primeiro salto expressivo havia sido dado no século anterior, com o incremento da atividade mineradora, de ouro e diamante, em Minas Gerais e no Mato Grosso. A população, estimada em 300 mil habitantes na última década do século 17, saltou para mais de 3 milhões por volta de 1800.

A corrida para as novas áreas de mineração, em Minas Gerais e no Mato Grosso, havia produzido a primeira grande onda migratória, vinda da Europa. "Só de Portugal, entre meio milhão e 800.000 pessoas mudaram-se para o Brasil de 1700 a 1800. Ao mesmo tempo, o tráfico de escravos se acelerou. Quase 2 milhões de negros cativos foram importados para trabalhar nas minas e lavouras do Brasil durante o século 18.

A chegada da Corte fortaleceu também o deslocamento do eixo do crescimento do Nordeste para o Sudeste, com o fim do ciclo da cana-de-açúcar e o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais. Ao longo deste período, em consequencia, o eixo mais dinâmico da expansão da pecuária bovina iria concentrar-se na Região Sudeste, destacando-se os atuais estados de Minas Gerais e São Paulo.

O século 20

Do começo do século 20 até a I Grande Guerra, chegam ao Brasil os grandes frigoríficos estrangeiros que, se não vieram para ficar em definitivo, sinalizam um novo cenário, que prevalece até os dias de hoje: não visam o mercado brasileiro, mas apenas a exportação de carne para a Europa. Toda a indústria brasileira de carnes congeladas (a que se juntou logo a de conservas) passa a ser constituída de filiais de grandes empresas estrangeiras, norte-americanas em particular. *Wilson & Company, Armour, Swift, Continental* e *Anglo* são as principais.

Durante décadas, estas multinacionais dominaram o mercado brasileiro de carnes. Ensaiaram também o ingresso na atividade de criação de gado. A norte-americana *King Ranch*, cujas propriedades se estendiam também pela Austrália, Venezuela e Argentina, associada ao frigorífico também norte-americano *Swift* e à financeira francesa *Deltec International*, "adquiriu fazendas em São Paulo e Minas Gerais, de área global de mais de 20 mil hectares, mais 70 e tantos mil hectares ao sul de Belém, Pará, a que se acrescentarão mais cerca de 50 mil em negociações (1969)". (Caio P., 1945)

Os dados dos Recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, complementados com os do Cadastro de propriedade imóvel do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (1967), revelam elevadas taxas de crescimento da pecuária bovina neste período. Entre 1940 e 1967, as pastagens aumentam de quase 35 milhões de hectares, e o rebanho bovino mais que dobrou, passando de 44,6 milhões para 90 milhões neste mesmo período. O crescimento ainda se justifica, principalmente, pelo aumento do consumo doméstico de carne, leite e laticínios, sobretudo nas áreas urbanas do centro-leste.

Em parte, a considerável expansão das pastagens se fez em terras antes desocupadas, como em certas regiões pioneiras de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, onde aliás a expansão prosseguiu em ritmo acelerado por longo tempo, correspondendo às perspectivas de intensificação das exportações de carne.

Em boa parte, contudo, a extensão das pastagens representa uma substituição da agricultura pela pecuária e revela a decadência das atividades agrícolas nas zonas de exploração mais antigas. Esgotada a fertilidade natural do solo, estas conseguem com a pecuária manter um resto de vitalidade econômica. Não exigindo mão-de-obra numerosa, como a agricultura, satisfazendo-se com um custeio reduzido e com solos de baixa fertilidade e exauridos, e sendo de fácil instalação, a pecuária representa uma atividade de substituição "ideal" nas terras cansadas, erodidas e desgastadas onde os rendimentos agrícolas se tornaram excessivamente baixos.

Esta substituição da agricultura pela pecuária já vinha ocorrendo em quase todas as antigas regiões agrícolas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Mas ela acentuou-se devido à forte valorização da carne bovina decorrente da Segunda Guerra Mundial, no mercado internacional. Como resultado desta valorização da carne bovina, passa a se dar a expansão das áreas de pastagem igualmente sobre terras de primeira qualidade, até então ocupadas por atividades agrícolas.

"Tal fato, se representa uma solução para grandes propriedades decadentes e em crise, significa doutro lado um nítido retrocesso econômico. A densidade econômica da agricultura (produção por unidade de área) é sensivelmente superior à da pecuária; particularmente da pecuária de corte e extensiva, tal como geralmente se pratica entre nós. Além disso, a criação de gado significa o despovoamento, com todas suas graves conseqüências, que não é preciso aqui relembrar, pois não somente exige muito menos trabalhadores que a agricultura, como ainda alimenta menor número de atividades subsidiárias. A substituição da agricultura pela pecuária, tal como ocorre entre nós na generalidade dos casos, significa, em última análise, decadência no rigor da palavra." (Caio Prado Jr., 1945)

Ainda Segundo Caio Prado Jr., é visível o deslocamento da população rural destas e de outras regiões (inclusive do Nordeste) para novas áreas, como o norte do Paraná. "Em extensas regiões de Minas Gerais, interior da Bahia e Estados do nordeste verifica-se coisa semelhante, com intensidade agravada e repercussões sociais profundas. Em muitos lugares, o gado vem literalmente expulsando a população local que já não encontra meios suficientes de subsistência que antes tirava da agricultura."

"É difícil avaliar, assim de longe, o drama social que se abriga por detrás desse fato, aparentemente simples e aliás já bastante grave como fenômeno econômico. Representa ele a pauperização total de milhares de famílias cujo único recurso está na emigração, sempre difícil e muitas vezes nem mesmo possível. Uma boa parte dessa população flutuante que se aglomera em todos os centros urbanos de maior importância do Nordeste, e que oscila entre a mendicância e ocupações precárias e esporádicas, tem sua origem naquele fato que assinalamos. E é somente uma parcela mais feliz daqueles agricultores expulsos pelo gado que consegue emigrar para mais longe, em busca de terras novas e pioneiras onde há lugar para suas atividades e possibilidade de subsistência, de ínfimo padrão embora."

Por volta de 1970, Mato Grosso já se tornava uma das maiores regiões pecuárias do País. Em 1974, a Companhia Swift-Armour (adquirida da King Ranch americana pela Deltec International) planejava suas fábricas de enlatados em Goiás e no Pará. E a Companhia Bordon – que também foi buscar terras no extinto Território Federal de Rondônia – reequipava sua fábrica de carne enlatada em Anápolis (GO). A Anglo adquiria equipamentos na Argentina para uma nova fábrica de enlatados em Goiânia. Ainda naquela época, a Comabra – ex-subsidiária da Wilson –, planejava construir um novo frigorífico em Mato Grosso.

Se no Sul o tamanho médio das fazendas de gado era de 800 a 900 hectares e a maior fazenda não passava de seis mil ha, "somente a Fazenda Suiá-Missu, em Barra do Garças e Luciara, ultrapassava 695 mil ha e recebia, em 1970, incentivos de 7,8 milhões de cruzeiros. Com seus 196,4 mil ha, a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara), registrada em nome de fazendeiros de São Paulo e ligada ao extinto Banco de Crédito Nacional (BCN), obteve 16 milhões de cruzeiros." (Caio Prado Jr., 1945)

Um informe do Departamento de Comércio dos Estados Unidos dizia: "A capacidade de produção para o abate e processamento de carne bovina e suína está crescendo e sendo modernizada, de modo a preparar o Brasil para entrar no mercado mundial de forma realmente grandiosa em 1977".

De dezembro de 1972 a março de 1973, o preço médio da carne de boi nos EUA subiu de 1,15 para 1,35 dólares por libra-peso, registrando um aumento de 17% em apenas três meses. E o bife da melhor carne bovina, vendido a 1,69 dólares a libra nos EUA, custava 1,88 na Inglaterra, 2,45 na Bélgica e 2,79 na Itália.

Em 1972, só os EUA importavam 4 bilhões de quilos de carne bovina – apenas 8% do consumo nacional total, porém, mais de um terço de toda a carne negociada no mercado internacional. Um ano depois, em 1973, o rebanho brasileiro contava 90 milhões de cabeças e já era o terceiro do mundo.[5]

Na década de 70, o rebanho nacional cresceu 5% ao ano, sendo bem mais expressivo nas áreas de pastagens cultivadas e, de certa forma, mais marcante nas regiões Norte e Centro-Oeste, que na época se constituíam a fronteira agrícola que apresentava melhor oportunidade de investimentos.

---

[5] Montezuma Cruz. *Assim nasceu e prosperou o império do boi em MT*. Agência Amazônia, 07/08/08.

Essa tendência se manteve na década de 80, quando o Centro-Oeste passou a ter o maior rebanho bovino do país. Porém, no início dos anos 90, com a exploração da Floresta Amazônica e a introdução de pastagens cultivadas na região Norte, esta passou a sofrer também o incremento da pecuária bovina e, conseqüentemente, ocorreu a diminuição da intensidade na região Centro-Oeste.

Taxa anual de crescimento (%) do rebanho bovino e efetivo (em 1.000 cabeças) nas cinco grandes regiões geográficas e no Brasil

Regiões	Taxa anual de crescimento (%)			Efetivo do rebanho	% do rebanho
	1970/1980	1980/1990	1990/1995		
Norte	13,3	12,5	9,3	19.529	12,3
Nordeste	5,6	2,2	-3,1	22.142	13,9
Sudeste	3,0	4,3	0,0	36.289	22,8
Sul	2,9	0,3	1,1	26.692	16,7
Centro-Oeste	9,3	5,1	4,2	54.609	34,3
Brasil	5,0	2,5	1,6	159.261	100

Fonte: Censo agropecuário, 1998.

O crescimento do gado na Amazônia

A partir de meados da década de 60 e, principalmente, a partir dos anos 70, a ocupação da Amazônia passa a ser percebida pelo governo militar da época como solução para as tensões sociais internas vividas no país, decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste por uma agricultura mais moderna. Em 1966, o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) se transformou no Banco da Amazônia S.A. (BASA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) tornou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O BASA e a Sudam foram os dois instrumentos financeiros do governo brasileiro para desenvolver atividades agropecuárias na região (Veiga et. al., 2003; Becker, 2001, in Cardoso, 2002).

Como narra Ariovaldo de Oliveira (2005), foi a partir de então que a Amazônia Legal conheceu a expansão da pecuária.

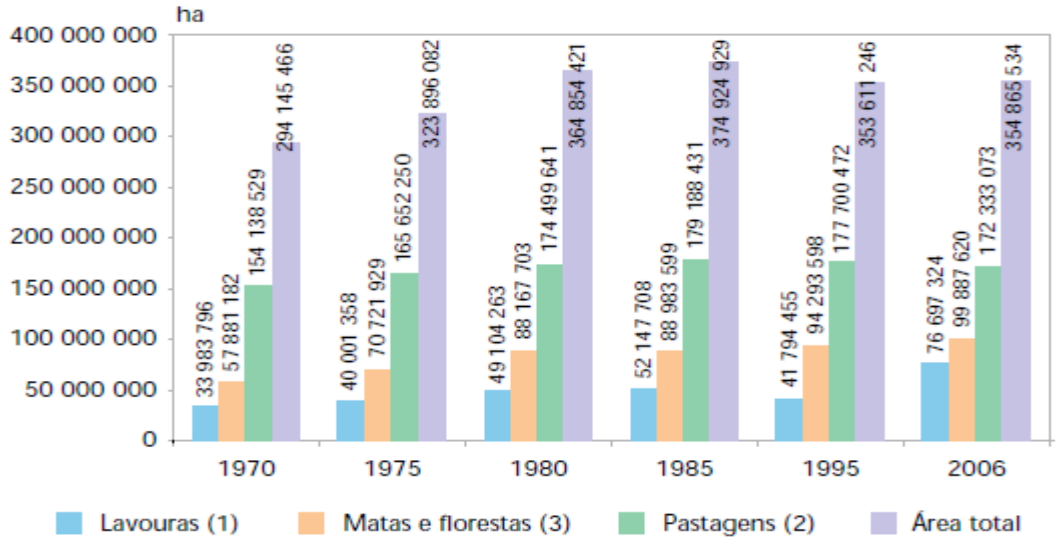
“A frente de expansão que caracterizava a maior parte de seu território, composta basicamente de posseiros vindos de Goiás e do Nordeste, passou a compartilhar o espaço com novos personagens sociais. (...) empresários do Centro-Sul, fortes grupos econômicos nacionais ou multinacionais. (...) Linhas de crédito foram fornecidas pelo governo e chegavam a cobrir até 70% do capital das empresas, pela política de incentivos fiscais da Sudam, além da isenção de impostos e outras vantagens.”

“A estratégia era tornar o Brasil, em curto tempo, um grande exportador de carne. Então, uma faixa periférica da hiléia amazônica, estendendo-se de Mato Grosso até a divisa entre o Maranhão e o Pará, foi a região escolhida para receber maior quantidade de incentivos fiscais. (...) A expansão da pecuária no centro-norte de Mato Grosso é bastante expressiva, o que pode ser verificado pela área de pastagem” (1,5 milhões de hectares em 1995, 5,5

milhões dez anos depois) e pelo tamanho do rebanho: em 1970, eram 77,3 mil cabeças; em 1985, 696,7 mil, e em 2003, 9,4 milhões.

Entre 1990 e 1994, no conjunto da Amazônia Legal, o rebanho bovino se expandiu a uma taxa média de 7,4%, apresentando um ritmo de evolução cerca de três vezes maior que o observado para o Brasil como um todo, que foi de cerca de 2,4% ao ano, segundo o IBGE. Destaca-se o fato de que, deste incremento, de 57,4 milhões de cabeças, 40,7 milhões concentraram-se nos Estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, que responderam, assim, por cerca de 71% do crescimento do rebanho brasileiro neste período.

Utilização das terras - Brasil - 1970-2006

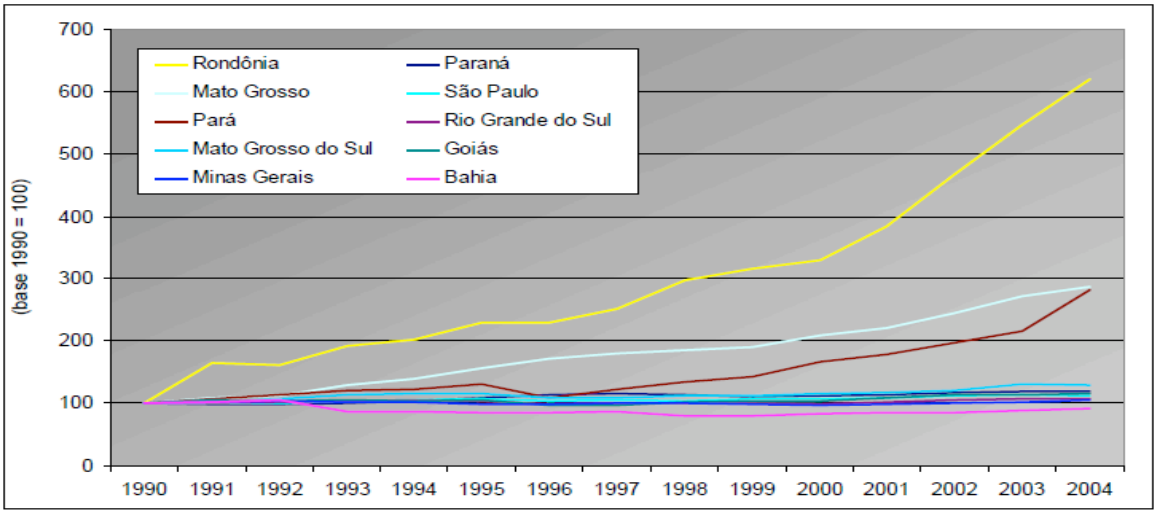


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte.

(2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições). (3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

Evolução do efetivo bovino nos 10 Estados maiores produtores do Brasil, 1990 - 2000 (1990 = 100)



Fonte: IBGE, PPM.
Elaboração: ARCADIS Tetraplan.

Na Amazônia Legal, de modo geral, a redução da aplicação de políticas desenvolvimentistas, com ampla utilização de incentivos fiscais, não foi acompanhada de redução das atividades, tendo o desmatamento, inclusive, aumentado sistematicamente a partir de 1996. Piketty (2005) e outros autores listam uma série de motivos que levam os produtores a optar pelo desenvolvimento da atividade pecuária na Amazônia:

• A existência segura de mercados e cadeias produtivas bem organizadas, em contraste, na região da Transamazônica, com a ausência de mercado para produtos agrícolas;

• A segurança proporcionada pela criação bovina em função da liquidez e de seu papel de "poupança". Ainda que os preços do gado não sejam muito elevados, a pecuária permite um retorno seguro e rápido. E caso a venda não se realize rapidamente, o produtor pode manter o animal sem sofrer perda significativa, resultando em uma forma de poupança;

• A experiência prévia com a atividade e a tradição. A maioria dos grandes produtores provém de famílias com tradição agrícola e pecuária, enquanto que os agricultores familiares, em grande parte, já haviam trabalhado em fazendas de gado antes de instalar-se na região;

• A eficácia na implementação e no manejo das pastagens de capim-braquiarão (Brachiaria brizantha), que garante uma boa qualidade do pasto e resistência contra espécies invasoras;

• A alta produtividade de pastagem advinda do processo de mineralização de nutrientes da floresta;

• O baixo preço da terra;

• A maior produtividade das pastagens e, conseqüentemente, a maior lucratividade quando comparada a outras regiões do país.

Além disso, estes autores afirmam que na região norte do país os produtores se beneficiam:

• De créditos mais favoráveis, por meio do Fundo Constitucional do Norte – FNO; e,

• Da baixa aplicação do código florestal, o que dá margem à exploração ilegal de madeira que, por sua vez, se constitui em uma fonte de renda adicional.

A expansão recente da cana sobre o gado bovino

Na região de Araçatuba, que já foi conhecida como "a capital nacional do boi gordo", o próprio presidente do sindicato dos pecuaristas, Alfredo Neves Filho, trocou a criação de gado bovino pelo plantio de cana, que classifica de "salvação" para sua categoria.

Maurício Lima Verde, presidente do Sindicato Rural de Bauru e vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, explica que os pecuaristas do estado têm optado por arrendar suas áreas para as usinas ou plantar diretamente a cana-de-açúcar em função da rentabilidade até três vezes maior. Outro fator seria a estabilidade oferecida pelos contratos de arrendamento: através destes, as usinas comprometem-se a adquirir toda a produção pelo tempo de vida da planta, que é de cinco ou seis anos.[6]

Para Paulo Cavasin, engenheiro agrônomo do Escritório de Desenvolvimento Regional Agrícola de Araraquara por nós entrevistado, "*Onde tinha vaca hoje tem um mar de cana e isso acontecerá também com outras culturas. O estado perdeu grandes bacias leiteiras para a cana-de-açúcar. Os pecuaristas saíram de São Paulo e foram para outros estados, como Goiás e Paraná. Quem perdeu foram os consumidores.*"

Em São Carlos, onde, segundo Hélio das Neves, da Federação do Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), existiam grandes produtores, hoje são poucos os que continuam na atividade. Em Dourado, na década de 60, eram produzidos mais de 60 mil litros de leite por dia. A partir da cana, isso foi diminuindo, passou para 12 mil litros por dia e hoje, se a produção chegar a mil litros por dia, já é muito.

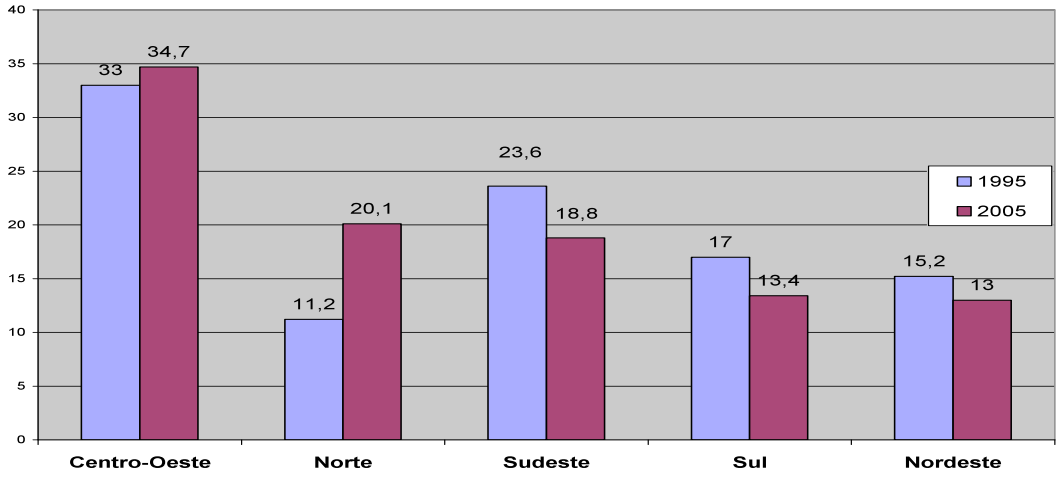
Todas as grandes fazendas de leite, sem exceção, que produziam cerca de 10 mil litros por dia, migraram para a cana. A troca foi muito vantajosa para a cultura sucroalcooleira, porque a cana tomou o espaço de grandes pastos, terras planas, logisticamente bem posicionadas. Ninguém tira 10 mil litros de leite de uma "biboca". "Os pastos eram os melhores lugares da fazenda".[7]

Os dados sobre as exportações de carne de boi proveniente do Estado de São Paulo também confirmam esta suposição. Até 2005, São Paulo respondia por 61% da carne de boi exportada. Segundo a Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica, esta participação caiu para 49,9%, no acumulado de janeiro a agosto de 2007.[8]

Brasil - Distribuição do Gado Bovino por Região - 1995 e 2005
- participação percentual -

---

[6] *Cana e desânimo puxam preço do bezerro em SP*. Pecuária.com.br, 24/05/07.
[7] Fernanda Manécolo. *Área de plantação de cana duplicou nos últimos sete anos*. Tribuna Impressa de Araraquara, 16/07/07.
[8] *SP perde participação na exportação para regiões CO e NO*. www.carloscogo.br. Acessado em 25/11/07.



Fonte: IBGE.

A Pesquisa sobre a Produção da Pecuária Municipal, publicada pelo IBGE em dezembro de 2006, refere-se ao ano de 2005. Os números mostram que, enquanto o rebanho bovino brasileiro em seu conjunto aumentava em 1,3%, relativamente a 2004, o de diversos estados do Sul-Sudeste do Brasil se reduzia: São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Os números mostram que a expansão do gado no Brasil, nos últimos anos, vem se dando sobre o Cerrado e a Floresta Amazônica, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Marcelo de Carvalho Dias, proprietário da Cia. do Sal, empresa de nutrição animal, e criador de gado em Barretos, confirma esta tendência. Para ele, a adoção do sistema de criação do gado bovino em regime de confinamento seria a única maneira de evitar a destruição da Floresta Amazônica. Ele explica que, com a elevação do custo da terra em São Paulo, "*o boi vai subir pra lá, a pressão vai ser cada vez maior para abrir pasto lá em cima. O pecuarista tende a arrendar a terra para a cana aqui em São Paulo, pegar o dinheiro e criar gado na Amazônia. Tem regiões na Amazônia tão boas quanto Ribeirão Preto: terra roxa, índice pluviométrico bom, áreas grandes, e essas áreas vão ser abertas. Se não se fizer alguma coisa, não tem jeito*".

Tendências

Projeções da consultoria AgraFNP indicam que o rebanho bovino brasileiro será de 183 milhões de cabeças em 2017, representando aumento de 7,8% em relação ao número atual, estimado em 169,7 milhões de cabeças. Segundo a consultoria, o resultado representa uma recuperação, já que em 2003-2004 o rebanho era estimado em cerca de 200 milhões de cabeças. O abate de matrizes nos últimos anos levou a uma redução no número de animais, em virtude dos baixos preços da pecuária.

A expectativa a partir de agora é de que haja um aumento contínuo da capacidade de suporte das pastagens, ou seja, um número maior de cabeças em áreas cada vez menores. Segundo o diretor da AgraFNP, José Vicente Ferraz, a recuperação da produção de carne bovina virá com ganhos contínuos de produtividade.

A consultoria prevê uma redução de 17 milhões de hectares na área dedicada à criação de gado, entre 2008 e 2017. Essa perda se dará pela substituição de pastagens por lavouras. A abertura de novas áreas de pastagem nas regiões Norte e Nordeste não será suficiente para compensar a substituição por lavouras, avalia a consultoria.

Em relação à exportação de carne bovina, a perspectiva é de que o mercado externo passe a ser responsável por 32% do total das vendas de carne nos próximos anos. Atualmente, o mercado externo representa 28% de toda a carne produzida no País. Esse crescimento, segundo a AgraFNP, deve ocorrer em virtude do aquecimento dos preços do produto no mercado internacional, que permanecerão atrativos para o exportador.

A consultoria estima, ainda, que a demanda por carne bovina continue crescendo anualmente a uma taxa de 250 mil a 300 mil toneladas de equivalente carcaça (peso da carne desossada, convertida em carne com osso). Os principais mercados são os países asiáticos e os Estados Unidos. Dentro desse cenário, a AgraFNP considera que a participação das cotações internacionais na formação dos preços internos do boi gordo aumentará cada vez mais.[9]

A carne bovina no mundo

Segundo dados do USDA, o rebanho bovino mundial fechou o ano de 2006 com um total de um bilhão de cabeças de gado, representando crescimento de 1% em relação a 2005. Para 2007 esperava-se a manutenção da taxa de crescimento verificada nos últimos anos.

Os principais países responsáveis pelo crescimento do rebanho são o Brasil e a China. Espera-se também reduções nos rebanhos da Rússia, da União Européia e do Uruguai. Tendo em vista as condições climáticas, que reduzem sua capacidade de competição, a Rússia vem passando por um processo de redução drástica do rebanho, tornando-se grande importador de carne bovina.

Balanço da pecuária de corte - 2005 a 2008 **

[9] Alexandre Inacio. *AgraFNP: rebanho bovino deve atingir 183 mi de cabeças em 2017*. Agência Estado, 29/07/08.

	2005	2006	2007*	2008**
Rebanho Bovino (milhões)	200,3	199,1	193,1	191,2
Taxa de Abate	21,50%	22,28%	23,30%	23,02%
Abate (milhões de cabeças)	43,1	44,4	45,0	44,0
Produção/Carne (mil ton. eq. carc.)[1]	8.775,9	9.052,7	9.296,7	9.108,0
Consumo per capita (kg eq. carc.)	36,3	37,2	37,1	36,9
Consumo interno (mil ton. eq. carc.)[1]	6.627,5	6.881,2	6.971,7	7.018,0
Exportação (mil ton. equiv. carcaça)[1]	2.197,6	2.200,0	2.350,0	2.115,0
Exportação (US$ milhões)	3.032,8	3.800,0	4.500,0	4.700,0

Fonte dos dados básicos: IBGE e SECEX/MDIC.

Elaboração: Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA.

Obs.: '*Preliminar; **Estimativa; [1] Em mil toneladas em equivalente carcaça

Já na União Européia, a gradual redução dos subsídios agrícolas concedidos aos pecuaristas vem desestimulando a criação de gado bovino, reduzindo o rebanho da região. O Brasil é o principal exportador de carne bovina mundial e o primeiro fornecedor da UE, com 65,9% do volume físico das importações e 56,5% do valor total do envio do produto ao bloco europeu, em 2007.

Produção mundial

Segundo dados do USDA, em 2006 foram produzidos 53,5 milhões de toneladas de carne bovina no mundo, representando um crescimento de 2,2% em relação a 2005. Os destaques ficaram por conta do crescimento da produção (i) nos Estados Unidos, demonstrando a recuperação de sua produção, afetada no passado pela ocorrência do mal-da-vaca-louca (BSE), em 2004; (ii) no Brasil, em vista da crescente demanda no mercado interno e internacional; e (iii) na China, em razão do elevado crescimento do seu consumo doméstico. Para 2007, o USDA previu crescimento da produção próximo ao verificado em 2006. A Tabela 2, a seguir, lista os maiores produtores de carne bovina do mundo.

Apesar de deter o quarto maior rebanho bovino do mundo, os Estados Unidos são os maiores produtores globais de carne bovina. Esse fato deve-se à elevada taxa de desfrute nesse país, de 35% em 2006, que é influenciada por diversos fatores tais como: (i) espécie do gado; (ii) forma de criação (confinamento); (iii) utilização de hormônio de crescimento; (iv) qualidade e tipo de alimentação do animal.

Rebanho Mundial de Gado Bovino
(Em Mil Cabeças)

PAÍS/ANO	2004	2005	2006	2007	2008*
Índia	283.103	282.500	282.300	282.000	281.700
Brasil	165.492	169.567	173.816	180.300	187.165
China	134.672	137.818	140.435	139.442	140.148
EUA	94.888	95.438	96.702	97.003	96.900
União Européia (27)	90.375	89.319	89.672	88.463	87.810
Argentina	50.768	50.167	50.166	51.164	51.261
Austrália	26.640	27.270	27.782	28.846	28.400
México	28.437	27.572	26.949	26.644	26.173
Rússia	22.285	21.100	19.850	19.000	18.330
África do Sul	13.540	13.510	13.790	13.917	14.187
Canadá	14.555	14.925	14.655	14.155	13.725
Outros	61.362	58.014	57.020	55.849	49.557
Total	**986.117**	**987.200**	**993.137**	**996.783**	**995.356**

Fonte: *USDA.*
**Previsão.*

Em 2006 o Brasil registrou uma taxa de desfrute de 22,4%, dado que se explica pelo fato de que, diferentemente dos Estados Unidos, a forma de criação do rebanho é predominantemente extensiva (pastagens), além de ser proibida a utilização de hormônios de crescimento na criação. Tais fatores fazem com que o rebanho brasileiro leve mais tempo para atingir o peso ideal para o abate.

Tabela 2 - Produção Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)				
País	**2004**	**2005**	**2006**	**2007(1)**
Estados Unidos	11.261	11.317	11.897	12.168
Brasil	7.975	8.592	8.850	9.120
União Européia	8.007	7.770	7.880	7.880
China	6.759	7.115	7.500	7.910
Argentina	3.130	3.200	3.100	3.150
Índia (2)	2.130	2.250	2.375	2.500
México	2.099	2.125	2.175	2.200
Austrália	2.081	2.102	2.150	2.290
Rússia	1.590	1.525	1.460	1.380
Canadá	1.496	1.523	1.375	1.335
Nova Zelândia	720	705	650	690
Uruguai	544	600	635	650
Outros	3.535	3.550	3.464	3.444
Total	51.327	52.374	53.511	54.717

Fonte: USDA
(1) Estimativa (2) Incluí Carne de Búfalo

A Rússia e a China possuem as maiores taxas de desfrute do mundo. No caso da Rússia, esse fato deve-se ao desestímulo à criação de gado bovino, em razão da falta de competitividade, relativamente a outros produtores mundiais. A China não possui as mesmas técnicas e formas de criação dos Estados Unidos. Naquele país, o gado é abatido antes mesmo de atingir o peso e a idade ideal: em 2006, o peso médio da carcaça de um animal abatido na

China foi de 134,4 kg, enquanto que a média mundial aproxima-se de 217,0 kg.

Além da China estar no limite de sua capacidade de abate, vem apresentando taxas de crescimento do consumo de carne bovina superiores às de crescimento do rebanho. Acredita-se, por isso, que a China não conseguirá atender por muito mais tempo o aumento de sua demanda através de produção própria, devendo recorrer a fontes externas.

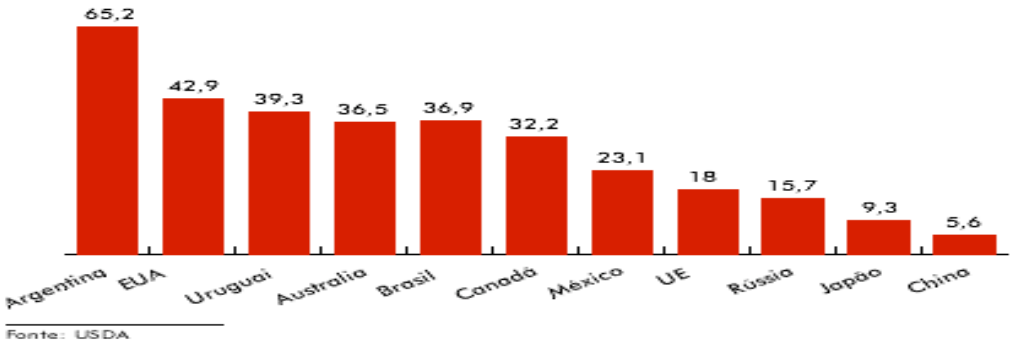
A América do Sul e a Austrália dispõem, atualmente, da maior produção excedente de carne bovina no mundo, e respondem pelos maiores volumes de exportação. Já a União Européia, América do Norte, Rússia e leste da Ásia apresentam déficits de produção de carne e são dependentes de importações.

Tabela 3 - Consumo Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007(1)
Estados Unidos	12.667	12.662	12.800	13.024
União Européia	8.292	8.114	8.220	8.240
China	6.703	7.026	7.413	7.829
Brasil	6.400	6.774	6.935	7.180
Argentina	2.512	2.443	2.604	2.552
México	2.368	2.419	2.505	2.535
Rússia	2.308	2.503	2.285	2.270
Índia(2)	1.631	1.623	1.625	1.700
Japão	1.181	1.201	1.186	1.256
Canadá	1.057	1.106	1.067	1.059
Outros	2.921	3.006	3.019	3.027
Total	49.874	50.770	51.509	52.580

Fontes: USDA
(1) Estimativa (2) Incluí Carne de Búfalo

Gráfico 2 - Consumo *per capita* de carne bovina em países selecionados - 2006



Comércio mundial

Apenas cinco países concentram mais de 70% da importação de carne bovina no mundo, em quantidade, e cerca de 80% em valor. A União Européia lidera esse ranking com 40% de participação em termos de quantidade e 44,8% em valor, seguida pelos Estados Unidos, com 19,7% em quantidade e 17% em valor.

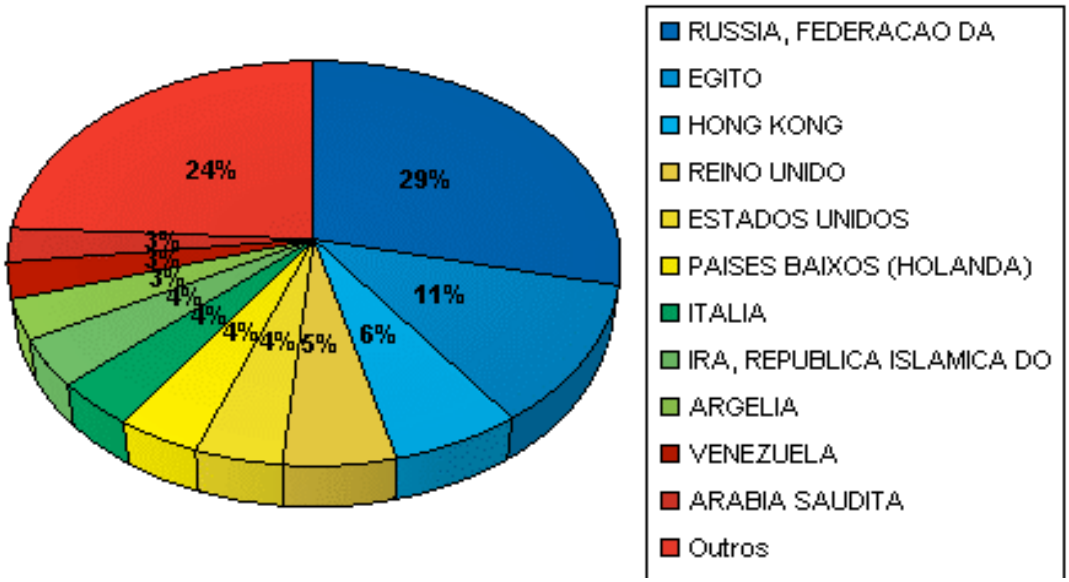
Em volume, esse ranking é completado por Rússia (5,6%), Japão (3,4%) e México (3,2%). Em valor, há uma pequena modificação: o Japão participa com 9,3%, seguido pelo México (4,3%) e pela Rússia (4%).

Na exportação, a concentração obtida pelos cinco maiores fornecedores, no período de 2000 a 2005, segundo os dados da FAO, é ainda maior que na importação, uma vez que supera 80%, tanto em quantidade quanto em valor. A liderança, em 2005, era da União Européia (44%), seguida pela Austrália (11,8% em quantidade e 15,9% em valor), Brasil (9,3% em valor e 8,3% em quantidade) e Canadá (7,6% em valor e 6,9% em quantidade). O quinto participante do ranking de volume é o México, com 8,2%, e em valor é a Nova Zelândia, com 5,5%. (JR. et al., 2008)

Exportações brasileiras

Em 2007, as exportações brasileiras de carne bovina somaram 2,5 milhões de toneladas, com alta de 5,1% sobre 2006. A receita em 2007 foi de US$ 4,418 bilhões, um aumento de 12,6% ante 2006, segundo a Abiec - Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes. Os números se referem às carnes não processada e industrializada. Os principais países de destino da carne bovina brasileira são Rússia, Egito, Hong Kong e Reino Unido.

Exportações brasileiras de carne bovina por país importador -2007



Fonte: ABIEC.

Produção primária

A criação de gado vem se tornando uma atividade mais complexa, embora continuem convivendo no setor desde produtores artesanais com nível de gerenciamento amadorístico até pecuaristas altamente tecnificados que gerenciam empresarialmente sua atividade.

A mudança de patamar tecnológico na cultura de grãos, que permitiu a utilização de terras antes tidas como improdutivas para lavoura, passou a dar valor econômico importante a espaços antes utilizados somente para a pecuária extensiva. A criação de gado passou a ter seu espaço disputado por diversas culturas.

De outro lado, nas duas últimas décadas operaram-se mudanças significativas no mercado consumidor de carne bovina, interna e externamente, provocando um reposicionamento global dos integrantes da cadeia produtiva.

Essas mudanças, que vão desde as exigências sanitárias para o transporte da carne dos frigoríficos aos açougues, passam pela concorrência com a carne de frango e desembocam na exigência de qualidade por parte dos consumidores, domésticos ou institucionais (restaurantes e churrascarias), provocaram reações ao longo da cadeia produtiva, que acabaram por determinar alterações na forma de criação e no tipo do gado.

As exigências por qualidade de carne levam à valorização de um gado mais novo, com carne mais macia, abalando a visão do boi como reserva de valor – quanto mais velho o animal, mais dura fica a carne, diminuindo seu valor de venda.

A indústria frigorífica

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2006, a indústria frigorífica (abate e preparação de produtos de carne bovina) no Brasil é constituída por 624 empresas. O total de abate em 2007, conforme a pesquisa trimestral do couro, foi de cerca de 44 milhões de animais, e os cinco maiores frigoríficos brasileiros detêm 35% desse mercado. As unidades têm escala que varia de 300 a 2000 abates/animais/dia. Poucas empresas realizam controle da qualidade dos animais adquiridos, preferindo ter como fornecedores os criadores que oferecem animais mais uniformes, especialmente em peso, e que oferecem couro de melhor qualidade.

A indústria pode ser dividida em dois grandes grupos: a) direcionado a atender os segmentos de mercado que exigem conformidade do produto, como o mercado externo e grandes redes supermercadistas; e b) direcionado prioritariamente a mercados regionais, tendo no preço sua principal variável de concorrência.

O crescimento da produção pecuária no Centro-Oeste tem levado à instalação de frigoríficos nessa região. Os que permanecem no concentram-se-se nas etapas de produção que se beneficiam de sua proximidade dos grandes centros consumidores, como as de industrialização.

A cadeia produtiva

As relações comerciais entre pecuaristas e frigoríficos são marcadas por tensões, notadamente em relação ao preço pago pelo boi gordo. Por um lado, os produtores reclamam da baixa rentabilidade da pecuária e constantemente reivindicam aumento no preço da arroba; por outro, os frigoríficos alegam que não podem pagar mais, pois não conseguem vender as carcaças a preços competitivos.

O couro é o principal subproduto de origem bovina, representando cerca de 40 quilos (17% de um animal). É exportado para vários países, rendendo mais de US$ 2 bilhões ao ano. Mas, segundo os pecuaristas, estes não recebem nada por este couro.

Outro subproduto bastante valorizado são as pedras retiradas da bílis do animal, usadas para estimular as ostras a produzirem pérolas. É um produto raramente encontrado nos animais abatidos, mas, quando ocorre, é vendido "a peso de ouro", e os pecuaristas também afirmam que não recebem nada por ele.

Além do couro e das pedras da bílis, todos os miúdos e tripas são comercializados pelos frigoríficos, mas a cadeia mantém a prática de precificação do boi segundo as tradições no século passado, em que os abatedouros prestavam o serviço de abate, entregavam a carcaça ao proprietário e ficavam com o couro e os miúdos como pagamento pelo serviço.

O sebo bovino também possui valor econômico expressivo, por sua utilização na indústria de cosméticos e, mais recentemente, na produção de biodiesel.

Participação do BNDES

O setor de carnes é o principal segmento do agronegócio apoiado pelo BNDES e este apoio à cadeia da carne bovina vem se tornando cada vez mais forte.

Desde 2005, os desembolsos vêm crescendo expressivamente, acompanhando o crescimento do setor, evidenciando a importância que o BNDES atribui às modificações por que vem passando a cadeia, tanto no que toca à incorporação de novas tecnologias na criação de bovinos como no reposicionamento das indústrias frente aos mercados nacional e global. A posição de maior exportador do mundo em valor e volume foi alcançada pelo Brasil a partir da adoção de um conjunto de novas estratégias, por parte dos grandes frigoríficos, a partir do final da década de 1990

As empresas do setor aproveitaram a abertura de mercado que se deu neste período e a existência de recursos fartos e baratos para investir na modernização e na expansão de suas atividades. As inversões foram direcionadas para a modernização dos equipamentos e para a formalização e a profissionalização de suas operações. São deste período a adoção de novas técnicas nos campos da genética, nutrição e sanidade bovina. Esse processo culminou com a abertura do capital em bolsa das empresas JBS/Friboi, Marfrig e Minerva, todas listadas no Novo Mercado da Bovespa, e, conseqüentemente, com mais recursos para investimento.

Histórico dos Desembolsos

(Em R$ Mil)

SETOR / ANO	2003	2004	2005	2006	2007
Abate de Reses, Exceto Suínos	608.842	335.224	600.038	997.894	1.677.570
Atividades de Apoio à Pecuária	2.037	3.900	3.018	1.861	10.229
Criação de Bovinos	7.945	27.430	76.810	80.928	159.694
Criação de Bovinos para Corte	-	-	-	-	8.624
Frigorífico – Abate de Bovinos	-	-	-	-	271
Total	**618.825**	**366.554**	**679.866**	**1.080.683**	**1.856.388**

Fonte: *BNDES/AP/DEORC/GINFO.*

Impactos ambientais

Por suas dimensões gigantescas, a pecuária é em geral considerada a atividade econômica que, em seu conjunto, impacta de maneira mais significativa o meio ambiente no Brasil. Sinteticamente, são os seguintes os principais impactos, segundo estudo do Cepea/Esalq (2008):

- Destruição de ecossistemas: uma vez que o esgotamento ou a baixa produtividade de determinadas áreas incentiva a expansão seus domínios sobre biomas, destruindo os habitats naturais de várias espécies. Juntamente com outras atividades agrícolas e madeireiras, a pecuária é apontada como um dos principais vetores de expansão da fronteira agrícola, ameaçando biomas como Cerrado e Amazônia;

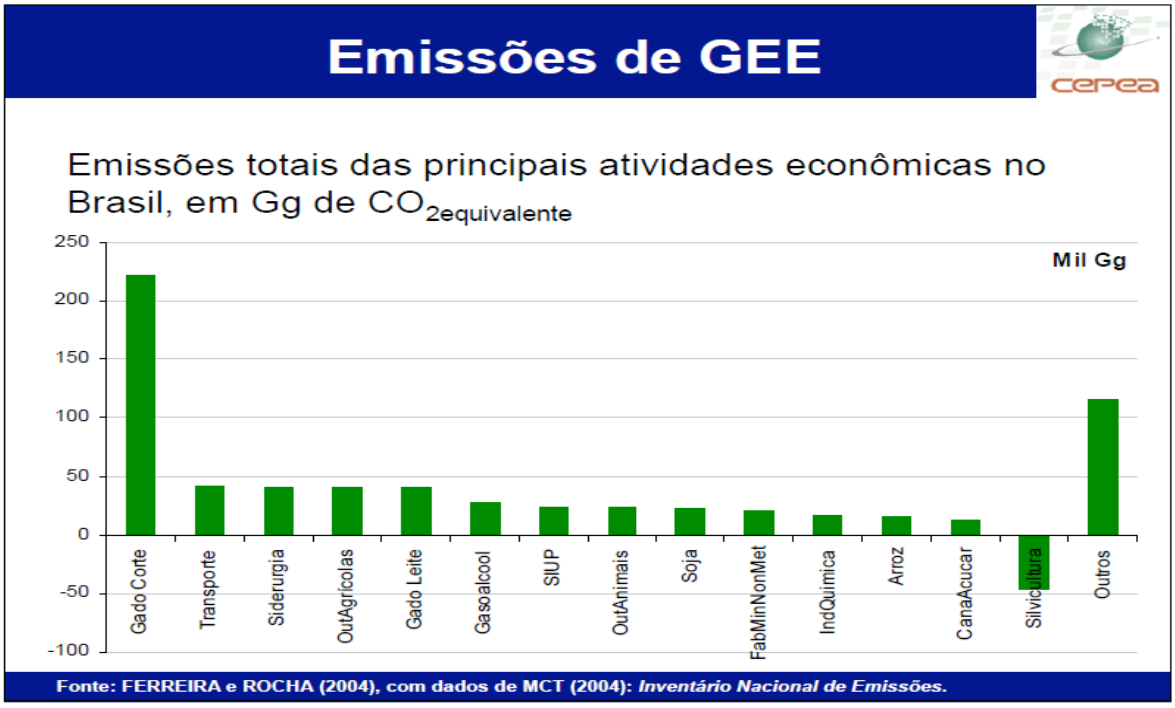
- Degradação do solo: resultante do baixo investimento na manutenção de pastagens, podendo inclusive provocar compactação e erosão do solo;

- Poluição dos recursos hídricos: através da carga de nutrientes (nitrogênio, fósforo, potássio do esterco), hormônios, metais pesados e patógenos carregados para o leito dos rios pela lixiviação do solo.

Contribuição para o efeito estufa

Outro impacto significativo, que vem sendo estudado mais recentemente, no âmbito das pesquisas a respeito das mudanças climáticas, é a emissão de gases do efeito estufa. Estimativas apontam que, em termos mundiais, o gado bovino é responsável por 9% destes gases, participação superior até mesmo à do setor de transportes.

No caso do Brasil, se forem excluídas as emissões de gases do efeito estufa (GEE) geradas pelas queimadas e desmatamentos, a pecuária (considerando gado de corte e de leite) torna-se a maior fonte emissora, com mais de 260 milhões de toneladas de carbono equivalente, que representam mais de 42% do total das emissões de GEE.



Fonte: CEPEA/ESALQ
Gg - Gigagramas: mil toneladas.
SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública

"A tabela a seguir mostra a emissão de metano (CH4) e óxido nitroso (N2O) da pecuária e da agricultura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do setor em 1994, indicando que a primeira emite um volume de GEE cerca de 40 vezes maior para produzir uma unidade do PIB gerado. Assim, para cada bilhão de R$ que a pecuária gerou de PIB, naquele ano, foram emitidas 243 toneladas de CH4 e 6 toneladas de N2O. Já a agricultura como um todo emitiu 5,5 toneladas de CH4 e 3,5 toneladas de N2O para cada bilhão de reais produzidos." (CEPEA/ESALQ, 2008).

Relação entre emissões e unidade de PIB da pecuária e da agricultura, para o ano de 1994

Setor	Emissão CH_4 (t)	Emissão CH_4 (t)/PIB[a] do setor (bilhões de R$)	Emissão N_2O (t)	Emissão N_2O (t)/PIB[a] do setor (bilhões de R$)
Pecuária (carne + leite)	9.221	242,71	232	6,11
Agricultura	416	5,54	264	3,51

[a] PIB a preços de 2005.
Fonte: PIB: CEPEA. PIB do Agronegócio para 1994.
Emissões: BRASIL. Comunicação Nacional, 2004.

A investida dos frigoríficos brasileiros no exterior

Mais da metade do mercado mundial de carne bovina, que movimenta 7 milhões de toneladas por ano entre exportações e importações, está hoje nas

mãos de empresas brasileiras. O que explica o fato é o movimento de internacionalização do setor, iniciado em 2005, que ganhou força em 2007, quando frigoríficos como JBS-Friboi, Bertin e Marfrig fizeram grandes aquisições no exterior, e prosseguiu com intensidade até o início da crise financeira global, em 2008.

A partir dos anos 1990, as empresas desenvolveram novas estratégias de crescimento. Quando, a partir de 2002, o preço do boi gordo sofreu um decréscimo, a expansão das empresas se acentuou. Os frigoríficos ampliaram a produção e a abrangência de atuação, tornando-se empresas de âmbito nacional.

Essa estratégia diminuiu a dependência da matéria-prima de uma única região, evitando o risco de desabastecimento. Tal medida é relevante num setor sujeito a riscos sanitários que podem resultar em menor oferta do produto no mercado interno e embargos às exportações. Caso ocorra algum problema dessa ordem em uma determinada região, o frigorífico pode redirecionar a origem de sua produção para atender seus clientes, internos e externos.

A partir de 2005, seguindo o rumo bem-sucedido das exportações, a indústria bovina brasileira começou a adquirir empresas fora do território nacional. A princípio, os investimentos concentraram-se no âmbito do Mercosul, com as empresas adquirindo unidades na Argentina, Uruguai e Paraguai. Em 2007, com a aquisição da companhia americana Swift Foods & Company pela JBS/Friboi, abriu-se o caminho para aquisições em outros continentes, como Europa, Ásia e Oceania.

A internacionalização da indústria frigorífica brasileira beneficiou-se de dois fatores: o primeiro foi a forte valorização do real, que tornou os ativos no exterior mais baratos; e o segundo foi o incentivo do BNDES à internacionalização da indústria brasileira, mediante financiamentos e participação acionária.

Essa estratégia flexibilizou as operações das empresas brasileiras e permitiu que tivessem acesso a mercados tradicionalmente fechados, como os Estados Unidos, o Japão e a Coréia do Sul. Caso não seja possível exportar a partir de um país, exporta-se a partir de outro, evitando a descontinuidade de fornecimento.

De acordo com Pratini de Moraes, presidente da Abiec, as empresas brasileiras instaladas no território nacional e no exterior têm um potencial de exportação de 52% das 7 milhões de toneladas comercializadas anualmente nos mercados globais. Além disso, detêm 10% do mercado mundial de carne bovina, o que inclui o volume comercializado no âmbito doméstico dos diversos países. O Brasil já respondia, em 2007, por 33% das exportações mundiais de carne bovina, seguido de longe pela Austrália, que tinha 19% das vendas externas.[10]

Sozinha, a JBS fez nove aquisições no exterior em 2007 - entre elas a americana Swift - e anunciou, em 2008, a compra de três outras empresas:

[10] Alda do Amaral Rocha. *Frigoríficos do país já dominam exportações*. Valor Econômico, 14/03/08.

duas americanas (National Beef[11] e Smithfield Beef) e uma australiana (Tasman). O Marfrig também fez nove aquisições em 2007, enquanto o Bertin fez duas desde 2006.

A internacionalização foi uma saída encontrada pelo setor também para driblar barreiras, tanto comerciais quanto sanitárias, que afetam suas exportações a partir do Brasil. Um exemplo são as recentes restrições da União Européia à carne bovina brasileira, depois que o bloco apontou falhas no sistema de rastreabilidade do gado no país, posteriormente reconhecidas pelo próprio governo federal. Outras razões para as aquisições de frigoríficos no exterior por parte de empresas brasileiras são analisadas a seguir. Para isto, focalizaremos, por suas dimensões, o caso da JBS-Friboi.

A história da JBS-Friboi

Maior produtora e exportadora mundial de carne bovina, a JBS-Friboi é uma empresa relativamente nova. Sua história começa com José Batista Sobrinho, o Zé Mineiro, pai dos três atuais diretores do grupo. Seu Zé Mineiro era no início um revendedor de bois aos frigoríficos de Goiás. Em 1953, ele abria o seu primeiro açougue. O crescimento de seu negócio, a partir de então, está ligado à construção e inauguração de Brasília. Até 1969, ele segue alugando e comprando abatedouros da região. Neste ano, funda formalmente o frigorífico Friboi.

Entre 1970 e 2001, a JBS expandiu fortemente suas operações no Brasil. Adquiriu plantas de abate e unidades produtoras de carne industrializada, assim como investiu no aumento da capacidade produtiva das plantas preexistentes.[12] Em 1997, inicia as exportações de carne bovina não processada.

Nesse período, a capacidade de abate aumentou de 500 para 5,8 mil cabeças/dia. De 2001 até 2006, a capacidade de abate aumentou de 5,8 mil para 19,9 mil cabeças/dia e a Companhia passou a operar um total de 21 plantas no Brasil e 5 na Argentina.

Entre 2003 e 2008, a JBS adquiriu diversas plantas de abate e unidades produtoras de carne industrializada no Brasil e na Argentina, resultando em um aumento da capacidade produtiva de abate de gado de cerca de 12.100 cabeças/dia.

Em agosto de 2005, a empresa adquiriu indiretamente 100% do capital social da Swift-Armour, a maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina, através de outra holding, a JBS Holding Internacional Ltda. A Swift Argentina era controlada pelos fundos de investimento JP Morgan e Greenwich

---

[11] Em 2009, a JBS desistiu da aquisição da norte-americana National Beef, por não encontrar "condições satisfatórias" diante de um processo judicial nos Estados Unidos que tentava bloquear o negócio por motivos concorrenciais, segundo a Reuters. *JBS desiste da National Beef e tem prejuízo no 4o tri*. 22/09/09.

[12] www.investinfo.com.br.

Street Capital Partners (49%) e por Carlos Oliva Funes (36,5%).[13]

Após a aquisição da Swift, a Companhia foi vencedora em uma licitação pública para alugar três unidades produtoras de carne industrializada de propriedade da Compañia Elaboradora de Produtos Alimentícios, ou CEPA, empresa que já foi a terceira maior exportadora de carne bovina na Argentina. No final de 2006, duas destas três unidades alugadas foram adquiridas pela JBS.

Em janeiro de 2007, a companhia, que a partir de 2006 passa a se chamar JBS (iniciais de seu fundador), adquiriu 100% das ações da norte-americana SB Holdings, empresa do grupo Smithfield Beef que controla as distribuidoras de carnes nos Estados Unidos, e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales International e Austral Foods, uma das maiores distribuidoras de produtos industrializados de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Mancopride" e "Rip n' Ready". Estas empresas proporcionam à JBS acesso direto ao mercado norte-americano de carne industrializada. Também em janeiro de 2007, a JBS adquiriu uma planta de abate em Berazategui, através da Swift Armour, Buenos Aires, com capacidade de abate de aproximadamente 1.000 cabeças de gado por dia.

Em julho do mesmo ano, adquire 100% da companhia americana Swift Foods & Company, por US$ 1,4 bilhões, incluindo suas unidades nos Estados Unidos e na Austrália, tornando-se a maior empresa de carne bovina em capacidade de abate (47.100 cabeças/dia) e a maior multinacional brasileira do setor de alimentos. Com a aquisição da Swift and Company, a JBS passa a atuar também no mercado de carne suína.

Com a aquisição de 50% da Inalca em dezembro de 2007, uma das maiores produtoras de carne da Europa, a JBS passou a ter mais 10 plantas na Itália. Com centros de distribuição na África, a Inalca abre um novo mercado para a empresa. Chandler Keys, vice-presidente de assuntos governamentais e de relacionamento industrial da JBS Swift (Colorado, Estados Unidos), explica que, por toda a África, a classe média está crescendo, especialmente em países como Angola, Congo, Nigéria e Quênia. "Eles querem comer proteína e a JBS pretende utilizar esta empresa italiana para oferecer produtos como carne cozida enlatada".[14]

Em março de 2008, deu-se a compra das empresas norte-americanas National Beef Packing (US$ 970 milhões, da qual a JBS desistiria no início de 2009)), Smithfield Beef Group (US$ 565 milhões, incluindo a subsidiária Five Rivers Ranch Cattle Feeding) e a australiana Tasman (US$ 150 milhões).

Feito isto, a empresa passa a deter um total de 20 plantas e 10 confinamentos nos EUA e 10 plantas e 5 confinamentos na Austrália. Controla 10% da oferta mundial de carne bovina, com capacidade de abate de 47,1 mil bovinos por dia e 32% da capacidade de abate da indústria dos EUA. A empresa somente teria dois competidores importantes nos EUA - Tyson e Cargill. A Tyson Foods é atualmente a maior em carne bovina dos Estados Unidos. A empresa estima

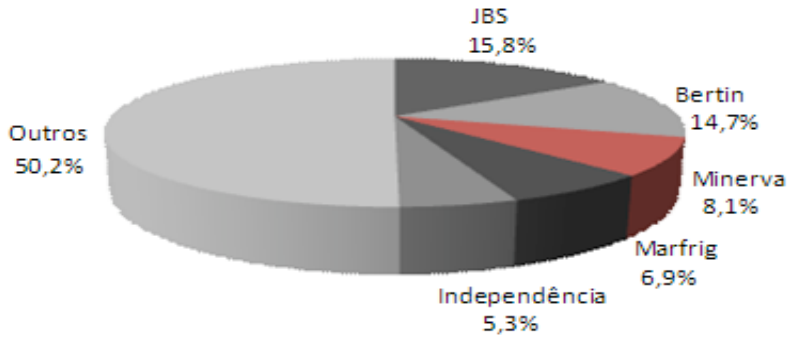
---

[13] Chiara Quintão. *Friboi acerta compra da Swift Armour Argentina.* Gazeta Mercantil, 31/08/05.

[14] Indústria*: com a compra da italiana Inalca, a África passa a ser o novo alvo do JBS-Friboi*. Portal DBO, 02/04/2008.

ter cerca de 25 por cento do mercado, mas essa participação deve ter caído recentemente, com a companhia encerrando atividades em um abatedouro com capacidade para 4 mil cabeças ao dia, em Emporia, Kansas.

Gráfico 6 - *Market Share* das exportações brasileiras de gado bovino - 2007



Fonte: JBS

Além dessas aquisições internacionais, a JBS comprou recentemente o frigorífico Garantia, no Paraná, que ampliou a capacidade de abate da empresa em 1.500 animais por dia, aumentando para 23 o número de plantas de abate de sua propriedade no Brasil.

Em 2008, A JBS esperava ter receitas globais de US$ 21,55 bilhões, contra os 12,7 bilhões do período anterior.[15] A empresa transformou-se, assim na terceira maior do Brasil em faturamento, superando gigantes do capitalismo nacional, como a Siderúrgica Gerdau.[16] Foi em 2007, além disso, a maior exportadora brasileira de carne bovina.

Perfil atual da empresa

Segundo a JBS, o grupo já é responsável por mais de 40 mil empregos em todo o mundo e tem acesso a todos os países consumidores do planeta. Com a expansão internacional, tornou-se presente em quatro grandes produtores mundiais de carne bovina: Brasil, Argentina, Estados Unidos e Austrália.

A JBS organiza-se em cinco segmentos: quatro Divisões de Alimentos (Brasil, Argentina, EUA e Austrália) e uma de Transportes. A empresa comercializa carne bovina e suína não processada, carne industrializada, pratos elaborados, vegetais em conserva, além de subprodutos de origem bovina.

Segundo o site da própria empresa, a JBS é atualmente:

- o maior produtor e exportador de carne bovina do mundo, com capacidade de abate de 47,1 mil cabeças/dia;

---

[15] Bob Burgdorfer. *Novo gigante da carne nos EUA, JBS enfrentará crivo antitruste*. Reuters/Brasil Online, 05/03/2008.
[16] *Friboi vira a terceira maior empresa do Brasil em faturamento*. Exame Semanal, 07/03/08

- o segundo maior produtor de carnes do mundo em termos de faturamento, além de acreditar ser o maior exportador de carne industrializada do mundo;

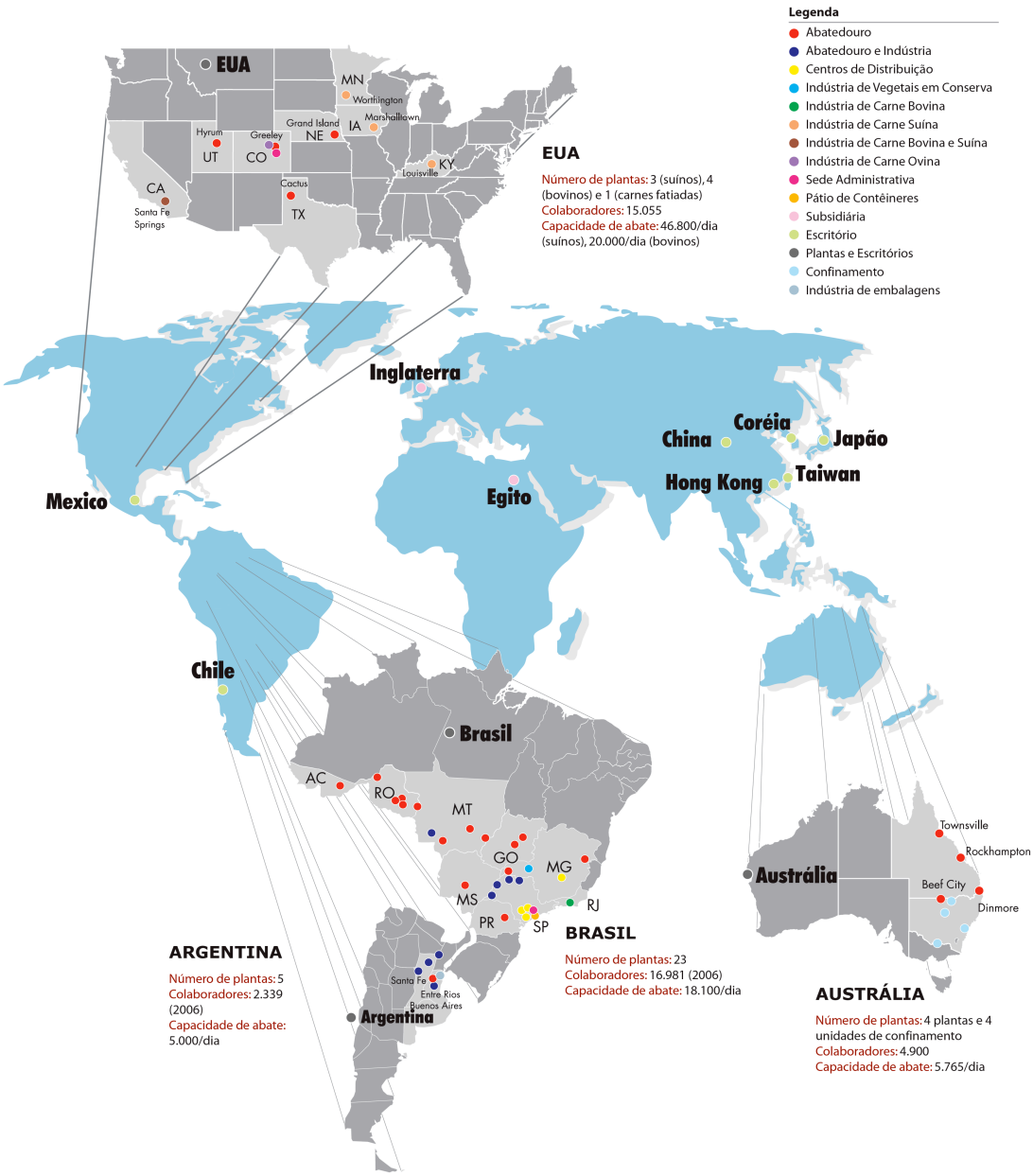
- o terceiro maior produtor de carne suína do mundo; e

- o líder em vendas de carne bovina no mercado brasileiro.[17]

A empresa opera 23 plantas localizadas em 9 estados no Brasil, 5 plantas localizadas em 3 províncias na Argentina, 8 plantas nos Estados Unidos e 4 plantas na Austrália. Estas plantas estão situadas nas regiões com maior concentração de gado do Brasil e da Argentina, o que proporciona flexibilidade operacional de produção e baixos custos de transporte, tanto do gado até as suas plantas como dos seus produtos até seus clientes.

O mapa-mundi da JBS

[17] http://www.jbs.com.br/ri/. Acessado em 31/05/08.



Atualmente, as unidades da JBS na região estão dispostas da seguinte maneira:

- vinte plantas de abate localizadas nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rondônia e São Paulo, sendo que cinco dessas plantas possuem também unidades produtoras de carne industrializada;

- uma planta de carne em conserva localizada no Estado do Rio de Janeiro;

- uma planta de vegetais em conserva no Estado de Minas Gerais; e

- cinco plantas de abate localizadas em três províncias da Argentina (Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fé), sendo que quatro dessas plantas possuem também unidades produtoras de carne industrializada;

- uma planta de fabricação de embalagens de lata na Argentina;

- uma planta de confinamento de bovinos no estado de São Paulo.

A empresa adquire gado de mais de 12.000 criadores no Brasil, localizados em um raio de até 500 quilômetros de suas plantas de abate. No caso de suas operações na Argentina, a JBS adquire gado em feiras de gado e de aproximadamente 1.600 criadores localizados em um raio de até 350 quilômetros de suas plantas de abate.

Figura 2 – A JBS no Brasil e na Argentina

A investida da JBS preocupa americanos e australianos

O Departamento de Justiça dos EUA, através de sua Divisão Antitruste, está ainda analisando as aquisições da JBS nos Estados Unidos. Segundo The North Platte Bulletin, uma coalizão de setenta e dois grupos, incluindo produtores de bovinos, consumidores e líderes religiosos estão preocupados com os planos do Grupo JBS de se tornar o maior frigorífico dos Estados Unidos, através destas aquisições.

Estas organizações escreveram uma carta ao Departamento de Justiça dos EUA, pedindo, de modo explícito, que seja considerada "fortemente a possibilidade de bloquear o negócio".[18] Nela, afirmam que as compras do Grupo JBS prejudicariam os preços, as opções, a inovação e a competição na indústria de carne bovina. "Reduzir o número dos principais processadores de

[18] Gabriel Giani Vasconcellos. *Americanos e australianos temem presença do Friboi*. 28/03/08. www.peabirus.com.br.

carne bovina de cinco para três provavelmente terá efeitos adversos para os consumidores, bem como para os produtores", diz a carta.

O setor agropecuário australiano também entrou em estado de alerta. Aos impactos das mudanças climáticas, sentidos pelos produtores nos últimos três anos de seca, e à ausência de novas fronteiras, soma-se um novo componente aterrador - as aquisições da JBS nos mercados dos Estados Unidos e da própria Austrália.

Para empresários australianos do setor, a ameaça proveniente da compra de unidades naquele país e nos Estados Unidos pela JBS vai além da perspectiva de o Brasil vir a controlar o segundo maior mercado de destino da carne australiana: os EUA. Produtores temem a triangulação do produto - o brasileiro vir a ser reexportado, da Austrália para seus mercados cativos da Ásia - e o domínio no setor produtivo do país. "O Friboi é o maior exportador de carne para a Coréia. Estamos preocupados com essa movimentação", admitiu Glen Feist, da Meat and Livestock Austrália (MLA).[19] Livre da febre aftosa sem vacinação, o rebanho de corte da Austrália alcança 26 milhões de cabeças, equivalentes a 13% do rebanho brasileiro.

A nova composição do capital da JBS

Em março de 2007, a JBS foi a primeira indústria do setor frigorífico no Brasil a abrir seu capital, negociando suas ações em bolsas de valores. A partir daí, a empresa cresce em velocidade meteórica. Suas novas aquisições são sempre acompanhadas da emissão de novas ações. (JBS S.A, 2008)

Até o início de 2008, os controladores da família Batista detinham 64% do capital da empresa, o BNDESPar[20], 12,95% e o restante estava em circulação no mercado. Para pagar pelas três novas empresas adquiridas no exterior, a National Beef e a Smithfield Beef, nos Estados Unidos, e o Tasman Group, na Austrália, a empresa emitiu uma soma elevada de novas ações para aquisição privada: R$ 2,550 bilhões, equivalentes, à época, a cerca de USS 1,550 bilhões.

Para a compra destas novas ações, está sendo formado um fundo de investimentos em participações, que terá como cotistas o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (estatal), com 45%, – e os fundos de pensão Petros (dos funcionários da Petrobrás, com 25%) e Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal, com 25%), além do JP Morgan, com os restantes 5%. O BNDES, que já possuía participação direta no capital, passará a deter quase 21% do Grupo, cujos controladores terão sua parcela reduzida para 50,1%.[21]

---

[19] *Produtores australianos temem avanços da Friboi no país*. Agência Estado, 28/03/08.

[20] A BNDESPar (BNDES Participações) é uma holding brasileira de propriedade do BNDES criada para administrar as participações do banco em diversas empresas.

[21] Alda do Amaral Rocha. *BNDES e fundações vão bancar compras do Friboi*. Valor Econômico, 27/3/2008.

Composição acionária

Acionistas	Nº de Ações		%
J & F Participações S.A.	632.781.603		44,0%
ZMF Fundo de Investimentos em Participações	87.903.348		6,1%
Ações em tesouraria Ações em circulação	37.140.300		2,6%
- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	*186.891.800*	*13,0%*	
*- PROT - FIP**	*205.365.101*	*14,3%*	
- Minoritários	*287.996.774*	*20,0%*	
Total das ações em circulação	680.253.675		47,3%
TOTAL	**1.438.078.926**		**100,00%**

Fonte: www.jbs.com.br. Acessado em 16/03/08.
* Fundo de Investimentos em Participações do BNY Mellon.

A estratégia de diversificação de clientes

A diversificação geográfica de suas unidades de produção concede à JBS acesso privilegiado aos mercados consumidores dos cinco continentes. A empresa afirma, em sua página web, que acredita estar bem preparada para manter sua receita e rentabilidade, mesmo em condições adversas de mercado, como, por exemplo, barreiras fitossanitárias ao gado brasileiro, flutuações nas taxas de câmbio em todo o mundo e barreiras comerciais à exportação de carne bovina do Brasil e da Argentina. Atualmente, existem barreiras comerciais e sanitárias para exportação de carne bovina não processada produzida no Brasil e na Argentina para os Estados Unidos, Canadá, México, Coréia do Sul e Japão. Esses países representam aproximadamente 50% da importação de carne bovina não processada do mundo.

Os produtos são exportados para mais de 500 clientes localizados em mais de 110 países, sendo que nenhum destes é responsável por mais de 4,5% da sua receita operacional bruta das vendas. Também no Brasil, seus produtos são vendidos para mais de 6.000 clientes, incluindo varejistas, restaurantes e curtumes, sendo que nenhum deles é responsável por mais de 1,5% da sua receita operacional bruta de vendas. A JBS relaciona-se também com grandes distribuidores internacionais de carne bovina e mantém subsidiárias no Chile, Egito, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia, que atuam como distribuidores de seus produtos naqueles países.

Na opinião dos dirigentes da JBS, os mercados de produção de carne bovina brasileiro e argentino são fragmentados. A Companhia tem posição de liderança nos mercados brasileiro e argentino, tendo abatido apenas 7,6% do total no Brasil em 2006 e 2,6% do total de gado abatido na Argentina, também em 2006. Nos Estados Unidos, por exemplo, os cinco maiores produtores de carne bovina detêm cerca de 78% do total do gado abatido no mercado. A JBS acredita que esse movimento de consolidação da indústria de carne bovina ocorrerá também no Brasil e na Argentina, já que muitos dos seus concorrentes nestes países não possuem escala e estrutura de capital

adequadas para competir de maneira eficaz.

Esta visão de que o mercado brasileiro de carne bovina é fragmentado não é, no entanto, uma unanimidade. Na avaliação da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), que representa os pequenos e médios frigoríficos do país, tem-se um cenário preocupante de concentração do mercado de abate de carnes no Brasil. As cinco maiores empresas do setor detêm quase 90% das exportações brasileiras e 30% do abate inspecionado no país. A Abrafrigo teme que os grandes frigoríficos, beneficiados pela desoneração sobre exportações e pela geração de créditos tributários, acabem engolindo os frigoríficos menores.

Com a estréia do Frigorífico Minerva na Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2007, três das maiores empresas do setor de abate de carne bovina no Brasil - Minerva, JBS e Marfrig - captaram, juntas, aproximadamente U$ 1,5 bilhões só naquele ano. Nos prospectos enviados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marfrig e Minerva informaram que iriam destinar 30% dos recursos levantados com a negociação de ações para a aquisição de novas unidades. O JBS investiria 70% em expansão e aquisições.[22]

As aquisições feitas pelos grandes frigoríficos brasileiros não ocorrem só no mercado externo. A Abrafrigo apresentou, em agosto de 2008, denúncia de que os grandes frigoríficos estão praticando dumping. Segundo a Associação, estes estão vendendo a carne a preço 10% inferior ao praticado no mercado interno, com o objetivo de provocar o fechamento e, portanto, o fim da concorrência dos pequenos e médios frigoríficos. Há o agravante de que o dumping é realizado com dinheiro público, já que o BNDES vem aportando recursos para estes grandes frigoríficos.

Agindo assim, os grandes frigoríficos preparam o caminho para dominar não só o mercado consumidor, mas também o de produtores. Os pequenos criadores, que possuem pouca estrutura de acesso ao mercado, tendem a tornar-se cativos dos grandes frigoríficos, que passarão a pagar-lhes um preço menor, apropriando-se de suas margens de lucro. "Quando os pequenos e médios frigoríficos fecharem as portas, o produtor vai ficar à mercê de meia dúzia de empresas", declarou o presidente da Abrafrigo.23

De acordo com a assessoria de imprensa do BNDES, os desembolsos para o setor de carne somaram R$ 3,490 bilhões no primeiro semestre de 2008, quase o dobro de todo o volume desembolsado para os frigoríficos em 2007 (R$ 1,883 bilhão). O banco informou ainda que, das cerca de 120 mil operações do BNDES ao ano, cerca de 90 mil (75%) atendem a micro, pequenas e médias empresas. As grandes detêm uma parcela pequena das operações, mas recebem o maior volume de recursos.

Ainda quanto ao BNDES, analisamos mais adiante o papel decisivo que o banco vem desempenhando no processo de internacionalização destas empresas.

---

[22] Felipe Laufer. *Concentração do mercado de carnes preocupa pequeno e médio empresário. BNDES dobra desembolso para ampliação de frigoríficos e maior fatia de recursos é dos grandes*. Gazeta do Povo Online, 20/07/07.

[23] Andréa Bertoldi. *Grandes frigoríficos são denunciados por dumping.* Folha de Londrina, 15/08/08.

Os porquês das multinacionais brasileiras de alimentos

O movimento de internacionalização das agroindústrias brasileiras tem se intensificado nos últimos anos. A valorização do real frente a outras moedas, até meados de 2008, somada à desvalorização do dólar em todo o mundo, tornou mais acessíveis aos capitais brasileiros, em particular, algumas grandes e tradicionais empresas norte-americanas, naquele período. Pela mesma razão, a aquisição de empresas brasileiras por estrangeiras teve seu ritmo diminuído.

Porém, segundo Luciana Franco, editora-assistente da revista Globo Rural, não é de hoje que empresas do setor mantêm um pé no Brasil e outro no exterior. Pioneiras, as processadoras de suco de laranja começaram a investir para além das fronteiras nacionais em 1992, através da compra de plantas no estado da Flórida, nos Estados Unidos. Hoje, das cinco maiores processadoras brasileiras, três também operam na Flórida. São elas a Cutrale, a Citrosuco e a Louis Dreyfus (apesar de sua origem francesa, é o braço brasileiro dessa última que atua nos Estados Unidos). Evitam, assim, as barreiras comerciais norte-americanas às importações do suco de laranja brasileiro.

Mais de uma década depois, o exemplo começou a ser seguido por grandes usinas de açúcar e álcool - desde 2004 já há conhecidos nomes nacionais do setor erguendo instalações no Caribe.[24] No caso da cana-de-açúcar, a decisão por parte de alguns grupos brasileiros de investir no Caribe é uma maneira de driblar os altos impostos incidentes sobre as exportações para o mercado dos EUA. Como os americanos não taxam as compras originárias do Caribe, os produtores brasileiros resolveram se associar às empresas locais para usufruir dessa vantagem. Foi assim que a Coimex Trading implantou em 2004 uma planta industrial na Jamaica, em parceria com a Petrojam. Na ocasião, os investimentos foram de US$ 12 milhões, para a produção de 180 milhões de litros de álcool por ano. Agora as duas companhias estudam a duplicação da capacidade da fábrica.

O setor de aves é outro em que o Brasil se destaca e também se internacionaliza. Alguns anos atrás, dizia-se que a Tyson viria ao Brasil para comprar a Sadia ou a Perdigão, as duas maiores empresas brasileiras deste segmento. Atualmente, a Sadia está investindo US$ 100 milhões numa fábrica nos Emirados Árabes e a Perdigão adquiriu a Plusfood, da Holanda. E enquanto as empresas brasileiras avançam, os estrangeiros não têm tido vida fácil no Brasil. A americana Tyson Foods chegou perto de comprar a avícola Pena Branca, mas foi ultrapassada pelo Frigorífico Marfrig, que ofereceu preço maior.

O apoio decisivo do governo brasileiro

Como informa o Repórter Brasil, a participação do BNDES, instituição federal, nas aquisições da JBS deixa transparecer a contradição - tanto do lado econômico como na vertente social e ambiental - entre as opções financeiras

[24] Luciana Franco. *Conquista de territórios. Empresas nacionais investem em unidades fora do país para reforçar suas marcas no cenário global.* Revista Globo Rural, abril de 2008.

e o slogan que a instituição estatal ostenta: "o banco do desenvolvimento de todos os brasileiros".[25]

Em declarações à imprensa, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, classificou a intervenção como um exemplo da nova política industrial que o governo federal pretende adotar neste segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fundada no incentivo à internacionalização de empresas de setores competitivos.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, também ouvido pelo Repórter Brasil, destacou alguns segmentos que se encaixariam nessa categoria, como os próprios frigoríficos, as siderúrgicas e a produção de *commodities* agrícolas.

Analisando os aspectos econômicos e sociais desta política industrial, João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explica que os setores extrativista, mineral e agropecuário são concentrados e concentradores de renda não por causa das empresas que deles fazem parte, mas por conta do modelo primário, marcado pela utilização de mão-de-obra desqualificada e pela distância maior entre trabalhadores e proprietários.

Diversas ONGs brasileiras têm participado de encontros com o BNDES para tratar desses temas. Neles, os representantes da sociedade civil insistem para que o banco dê maior transparência aos critérios sociais e ambientais que têm sido aplicados para a concessão de empréstimos e para que setores mais poluidores não sejam favorecidos.

A assessoria de imprensa do BNDES afirma que o banco definiu uma política ambiental que vem sendo aplicada desde 2004 e só aprova financiamentos e participações depois de avaliar aspectos ambientais. Os critérios, adiciona a assessoria, são públicos. Porém, são aplicados estritamente aos empreendimentos e não se estendem à verificação dos impactos sociais e ambientais das cadeias produtivas nas quais as empresas beneficiadas estão envolvidas. Essa abordagem, contestam as ONGs, ignora o poder de indução de iniciativas de grande porte que podem aumentar a pressão pelo desmatamento e pelo desrespeito aos direitos sociais nas fronteiras agrícolas.

Saltando barreiras

O segmento de carnes é o mais afetado pela sobreposição de tarifas, quotas e barreiras sanitárias no comércio internacional. Alguns dos mais importantes mercados mundiais estão fechados para as exportações brasileiras, como é o caso dos EUA para todos os segmentos de carnes (Wilkinson e Rocha, 2005).

Outra estratégia, seguida pelos maiores frigoríficos brasileiros e descrita pela Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica., é a pulverização das unidades frigoríficas pelo território brasileiro, em função dos embargos internacionais impostos devido a problemas sanitários com a carne bovina, como a febre aftosa. Assim, na eventualidade de determinado estado ter sua exportações

[25] Maurício Hashizume. *Investimento em frigorífico acende debate sobre atuação do BNDES.* 06/07/2007.

embargadas, o frigorífico poderá exportar a partir de outras unidades. Isto fez com que empresas como JBS-Friboi, Bertin, Marfrig, Independência e Mercosul fizessem investimentos em novas plantas. O estado de Roraima, por exemplo, que há três anos possuía apenas um frigorífico, hoje conta com 14. Todos os grandes frigoríficos atualmente estão presentes nas regiões Centro-Oeste e Norte, ainda segundo a Carlos Cogo.[26]

A compra de frigoríficos internacionais é uma maneira de abrir as portas de mercados estratégicos que, em razão de recentes focos de febre aftosa no país, periodicamente impõem barreiras sanitárias às exportações brasileiras. Para as grandes empresas frigoríficas brasileiras, esse é um grande entrave ao crescimento. Com unidades de negócios nos Estados Unidos e na Austrália, a JBS resolve esse problema, obtendo acesso a 50% do mercado mundial que permanece fechado para o Brasil. Ou seja: a partir dessas novas unidades, ela poderá alcançar compradores nos Estados Unidos, no Canadá, na Coréia do Sul e no Japão, entre outros.[27]

Proteções de Fronteira Impostas à Importação de Carne Bovina

	Tarifas: Extra Quotas	Quota	Barreiras Sanitárias
EU	Cortes Cong: 12,8% CIF + 3034 euros/t (98,2%) Cortes Resfriados: 12,8% CIF + 3041 euros/t (176,7%)	40,3 mil t. na quota Hilton, 53 mil t. na quota GATT e 39 mil t. na quota ITQ	Reconhece Regionalização (Febre Aftosa) Mercado Aberto para o Brasil
Japão	Cortes Congelados e Resfriados: 38,5%	Não Há	Exige que o país seja livre da febre aftosa (não reconhece regionalização) Mercado Fechado para o Brasil
EUA	Cortes sem Osso: 26,4%	696 mil t.	Exigem que o país seja livre da febre aftosa (não reconhece regionalização) Mercado Fechado para o Brasil

Fonte: ICONE

Em fevereiro de 2008, a União Européia decidiu embargar as importações de carne vindas do Brasil, já que o governo brasileiro não cumpriu regras sanitárias acordadas desde 2007. Sem a garantia de rastreabilidade da origem do gado, não pode ser assegurado que a carne enviada à Europa não provém de áreas onde a venda para o bloco é proibida. Também em casos como este, a aquisição por frigoríficos brasileiros de companhias situadas no exterior facilita muito o acesso para o mercado europeu.

No caso das barreiras comerciais, a internacionalização das indústrias frigoríficas brasileiras tem o objetivo, também, de evitar as barreiras comerciais impostas pelos países desenvolvidos a seus produtos. Adquirindo plantas no interior destes países, têm vantagens que vão além do acesso aos seus mercados consumidores. Passam a usufruir, também, das facilidades de exportação criadas pelos diversos acordos de livre comércio que os Estados

[26] *SP perde participação na exportação para regiões CO e NO*. www.carloscogo.br. Acessado em 03/06/08.

[27] Daniella Camargos. *A saga global dos caubóis de Anápolis*. Portal Exame, 20/03/08.

Unidos e a União Européia vêm firmando pelos quatro cantos do mundo.

Comer para não ser comido

Peculiaridades de cada segmento à parte, a estratégia comum a esses grupos é a de fortalecer sua marca no mercado internacional. "Quem quer crescer tem que seguir este caminho, uma vez que na economia atual ou se é presa ou predador", avalia José Vicente Ferraz, analista da empresa de consultoria AgraFNP. O analista acredita que os principais ativos das companhias modernas são suas marcas, e que para consolidá-las é necessário estar em tantos lugares quanto seja possível.

Em 2006, pela primeira vez no Brasil, uma empresa fez uma oferta pública para a compra de outra. Através desta chamada "oferta agressiva", a Sadia tentava adquirir a Perdigão. O objetivo era o de competir no exterior com gigantes do setor de aves e suínos industrializados, como a americana Tyson Foods, que até hoje ameaça chegar ao Brasil. Nas palavras do próprio presidente da Sadia, tratava-se de uma atitude de auto-defesa: a empresa vinha recebendo informações de que a Tyson, justamente, tentaria a aquisição da Sadia, então a maior processadora de frangos do Brasil.

Comer para não ser comido, eis a lógica atual das grandes empresas, em todos os setores da economia global. Ser o maior dos tubarões, para não caber na boca dos demais. É esse o comportamento predador das empresas que produzem, hoje, os alimentos que comemos.

Bibliografia

ARCADIS E TETRAPLAN. Ocupação e síntese da dinâmica da pecuária na Amazônia e no Pará – contexto da inserção do Grupo Bertin. Disponível em http://www.ifc.org/ifcext/spiwebsite1.nsf/0/E5D88BF12FDB20A685257230006A7545/$File/Cap%201.pdf, 10/03/09.

CARDOSO, E. *A Produção de Couro no Centro-Oeste*. Campo Grande, MS. Embrapa Gado de Corte, 2002.

GOMES, L. 1808. *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo. Ed. Planeta, 2007.

IBGE. Censo agropecuário 2006: dados preliminares. Rio de Janeiro, 2007.

JBS S.A. *Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 04 de março de 2008*. JBS, 2008.

JR, C. et.al. *As preocupações de um player global*. BNDES. Rio de Janeiro, 2008.

JR. Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1942

_____ . *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. 1945.

MAPA e IICA. *Cadeia Produtiva de Carne Bovina*. Série Agronegócios, volume 8. Brasília. MAPA, 2007.

OLIVEIRA, A. *BR-163, Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização,* in *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília. CNPq, 2005.

PIKETTY, M. et. al. *Determinantes da expansão da pecuária na Amazônia Oriental: conseqüências para as políticas públicas*. In Cadernos de Ciência e Tecnologia, v. 22, n. 1. Brasília, jan/abr., 2005.

SIMONSEN, R. *História Econômica Brasil*, Vol. 1, 1500-1820. Editora Nacional, 1937.

SMERALDI, R. e MAY, P. O reino do gado: uma nova fase na pecuarização da Amazônia Brasileira. Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. São Paulo, 2008.

WILKINSON, J. e ROCHA, R. *Uma análise dos setores de carne bovina, suína e de frango*. SENAI/UFRJ, 2005.

ZEN, S. et.al. *Pecuária de corte brasileira: impactos ambientais e emissões de gases efeito estufa (GEE)*. Piracicaba-SP. Esalq/Cepea, 2008.